



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS DE SANTA INÊS
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA
PORTUGUESA E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**Santa Inês
2022**



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS DE SANTA INÊS
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Projeto Pedagógico do Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, apresentado aos Órgãos Colegiados Superiores da Universidade Estadual do Maranhão para aprovação e homologação do processo tendo em vista a sua criação.

Santa Inês
2022



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS DE SANTA INÊS
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA
PORTUGUESA E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO PORTARIA N°
002/2021- GR/UEMA - CAMPUS SANTA INÊS**

Profa. Ma. Aldecina Costa Sousa (Coordenação)
Espec. Dabiane Sousa Franco de Carvalho
Profa. Ma. Ednalva Alves Lima
Prof. Dr. Josimar Carvalho Porto

Patrícia Liana Mondêgo de Azevêdo
Analista da CTP/PROG/UEMA

**Santa Inês
2022**



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS DE SANTA INÊS
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA
PORTUGUESA E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Projeto Pedagógico do Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, apresentado aos Órgãos Colegiados Superiores da Universidade Estadual do Maranhão para aprovação e homologação do processo tendo em vista a sua criação.

APROVAÇÃO CEPE

Resolução _____, de ____/____/2022

HOMOLOGAÇÃO CONSUN

Resolução _____, de ____/____/2022

**Santa Inês
2022**



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS DE SANTA INÊS
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA

Prof. Dr. Gustavo Pereira da Costa
REITOR DA UNIVERSIDADE

Prof. Dr. Walter Caneles Sant'ana
VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE

Prof.^a Dra. Fabíola de Jesus Soares Santana
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Antonio Roberto Coelho Serra
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dra. Rita Maria de Seabra Nogueira
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS

Prof. Dr. José Rômulo Travassos da Silva
PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Prof. Dra. Fabíola de Oliveira Aguiar
PRÓ-REITORA DE INFRAESTRUTURA

Profa. Dra. Maria de Fátima Serra Rios
**COORDENADORA TÉCNICO-PEDAGÓGICA
DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

Prof. Dr. Josimar Carvalho Porto
DIRETOR DO CAMPUS DE SANTA INÊS

Profa. Me. Ednalva Alves Lima
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LETRAS E PEDAGOGIA DO CAMPUS DE SANTA INÊS

Profa. Me. Aldecina Costa Sousa
**DIRETORA DO CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO CAMPUS DE SANTA INÊS**

Profa. Me. Waldelice Maria Mendes Vieira
DIRETORA DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS DE SANTA INÊS

Profa. Esp. Maria Nogueira Andrade
CHEFE DO CONTROLE ACADÊMICO



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	11
1.1 Histórico e Contextualização da Uema.....	11
1.2 Políticas Institucionais	12
1.2.1 Ensino	13
1.2.2 Pesquisa	14
1.2.3 Extensão	15
1.2.4 Apoio ao corpo discente.....	15
1.2.4.1 Apoio à saúde e bem-estar.....	16
1.2.4.2 Programas de auxílio	18
1.2.4.3 Educação inclusiva.....	19
1.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	21
1.3.1 Externa.....	22
1.3.2 Interna	22
CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	26
2.1 Contextualização histórica e geográfica do Curso	26
2.1.1 Caracterização do Município	27
2.1.2 Caracterização do Campus Santa Inês.....	28
2.1.3 Justificativa para a criação do Curso	29
2.1.4 Aporte Legal e Normativo do Curso	31
2.1.5 Estudo de viabilidade	33
2.2 Formação do Profissional	33
2.2.1 Competências e habilidades do profissional a ser formado	34
2.2.2 Objetivo Geral do Curso	36
2.2.3 Objetivos Específicos do Curso.....	36
2.2.4 Perfil profissional do egresso	37
CAPÍTULO 3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	39
3.1 Concepção pedagógica	39
3.2. Filosofia Educativa do Curso.....	40



3.2.1. Referenciais Epistemológicos e Técnicos	41
3.2.1.1. Fundamentos Ético-Políticos	41
3.2.1.2. Fundamentos Epistemológicos	41
3.2.1.3. Fundamentos Didático-Pedagógicos	42
3.3 Metodologia	43
3.3.1 Métodos, técnicas e recursos de ensino, aprendizagem e de avaliação nos componentes curriculares	45
3.3.1.1 Avaliação do Ensino-Aprendizagem	45
3.3.2 Organização e funcionamento do Curso	47
3.3.3.1 Estágio Supervisionado.....	48
3.3.3.2 Atividades teórico-práticas (ATP)	51
3.3.3.3 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.....	52
3.3.3.4 Práticas Curriculares	55
3.4 Organização dos conteúdos curriculares	56
3.4.1 Conteúdos Curriculares	56
3.4.2 Matriz Curricular	60
3.4.3 Áreas e Núcleos de formação	62
3.4.4 Estrutura Curricular periodizada	64
CAPÍTULO 4 - CORPO DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DO CURSO.....	71
4.1 Gestão do Curso.....	71
4.2 Corpo docente	71
4.4 Corpo Técnico-Administrativo.....	72
CAPÍTULO 5 - INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES	73
5.1 Espaço físico (salas, laboratórios e espaços comuns)	73
5.3 Acervo	74
ANEXOS	131



LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Serviços ofertados pela DAP.....	16
Figura 02 – Serviços ofertados pela DSSM.....	17
Figura 03 – Serviços ofertados pelo NEL	17
Figura 04 - Mapa Maranhão-Localização do município de Santa Inês.....	27

LISTA DE QUADROS

Tabela 01- Comparação de Diversos Aspectos da Educação Santa Inês X A Média Nacional.....	29
Tabela 02 - Regime de Integralização Curricular.....	44
Tabela 03 - Demonstrativo de conversão de carga horária em horas-aula no Curso.....	45
Tabela 04 - Fases do Estágio Curricular Supervisionado.....	47
Tabela 05 - Fases do Estágio Curricular Supervisionado reduzido.....	47
Tabela 06 - Fases das Práticas Curriculares.....	52
Tabela 07 - Conteúdos Curriculares segundo as DCN, RCN.....	53
Tabela 08 - Matriz Curricular do Curso.....	53
Tabela 09 - Componentes curriculares de Núcleo Específico, segundo a área/subárea.....	55
Tabela 10 - Componentes curriculares de Núcleo Comum, segundo a área/subárea.....	55
Tabela 11 - Componentes curriculares de Núcleo Livre, segundo a área/subárea.....	56
Tabela 12 - Estrutura Curricular.....	57
Tabela 13 - Gestão do Curso de Letras Campus Santa Inês.....	60
Tabela 14 – Composição do NDE do curso.....	61
Tabela 15 - Corpo docente e tutorial.....	62
Tabela 16 - Corpo Técnico Administrativo.....	63
Tabela 17 - Infraestrutura do curso.....	64
Tabela 18 - Equipamentos do curso.....	64
Tabela 19 – Horários de Funcionamento da biblioteca.....	65



APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e suas Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Santa Inês buscar atender à RESOLUÇÃO CNE/CES nº 2/2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior nos cursos de licenciatura, cujas orientações instruem acerca do currículo e sua estruturação, princípios filosóficos e científico-culturais, perfil do licenciado, objetivos bem como os direitos de aprendizagem, os princípios e a justificativa que norteiam este Curso.

Elaborado pela gestão acadêmica do Curso, com acompanhamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua inglesa e Literaturas, conforme preconiza a Resolução Nº 01/2010- CONAES, este projeto é resultado de um trabalho conjunto das experiências didático-pedagógicas desenvolvidas na Instituição, em parceria com seu corpo docente, discente e administrativo que buscou, à luz da legislação vigente, caracterizar os componentes basilares e os pressupostos teóricos que deverão orientar a graduação por ele proposta.

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas foi constituído visando à elaboração de uma proposta flexível que contemplem as especificidades de um graduado em Letras, língua materna. Além disso, este documento apresenta, de maneira detalhada, a concepção pedagógica e a proposta curricular do curso, bem como traça o perfil profissional de seu público-alvo e expõe as razões pelas quais sua implantação não é apenas viável, mas necessária. Compõem também o presente projeto informações específicas tanto sobre o rol de disciplinas, os ementários, as bibliografias mínimas, quanto a regulamentações dos estágios supervisionados e do trabalho de conclusão de curso e atividades teórico-práticas.

O Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e suas Literaturas do Campus Santa Inês tem a proposta de instruir e capacitar profissionais capazes de garantir as competências consideradas essenciais para o crescimento da região e para a melhoria do Ensino Fundamental e Médio do entorno; apresentando visão interpretativa, perspicácia, criatividade, entendimento das pessoas e capacidade de investigação.

Assim, todos os esforços e recursos devem estar orientados para uma única direção fundada na necessidade de um olhar transformador, uma preocupação com o futuro e uma ação planejadora. O projeto busca aprimorar o conhecimento dos alunos, no sentido de



transformá-los em profissionais competentes e indivíduos reflexivos e críticos. Para tal, não basta, no entanto, elementos puramente normativos e diretores. É fundamental que existam mecanismos, tanto na sociedade civil, quanto no poder Público, capazes de monitorar e avaliar formal e constantemente este conjunto de intenções. Nesse pressuposto, vale ressaltar que todos que fazem a UEMA - CAMPUS SANTA INÊS - configuram como atuantes compromissados nessa organização educativa.

No contexto mais amplo das práticas sociais, o Projeto Pedagógico do Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas defende o ensino público com políticas inclusivas, além de considerar, no conjunto de suas ações, as inovações científicas e tecnológicas e as exigências do mundo do trabalho, porquanto este Projeto fundamenta sua política educacional em princípios político-filosóficos, psicológicos, pedagógicos e, obviamente, linguísticos, constituintes estes que deverão ultrapassar as fronteiras do científico para se transformarem em ações políticas para o curso coerentes com a missão da Universidade Estadual do Maranhão de promover desenvolvimento e progresso no âmbito social, cultural e científico de qualidade no estado do Maranhão e, mais especificamente, no município de Santa Inês e cidades circunvizinhas.



CAPÍTULO 1 - CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

CTP, 2022

1.1 Histórico e Contextualização da Uema

A UEMA teve sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, criada pela Lei nº 3.260, de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão (Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Caxias).

A FESM foi transformada na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA por meio da Lei nº 4.400, de 30 de dezembro de 1981, e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março de 1987.

Considerando o disposto em seu Estatuto, aprovado pelo Decreto Estadual nº 15.581, desde maio de 1997, os objetivos da UEMA permeiam: o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão universitária e a pesquisa, a difusão do conhecimento, a produção de saber e de novas tecnologias interagindo com a comunidade, visando ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão.

Em 2020, a UEMA, instituição de ensino superior estruturada na modalidade multicampi, autarquia especial, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, gozando de autonomia didático-científico, administrativo e de gestão financeira e patrimonial, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, do art. 272 da Constituição do Estado do Maranhão, e do art. 2º da Lei Estadual nº 5.921, de 15 de março de 1994, que dispõe sobre o Ensino Superior Estadual, teve sua estrutura administrativa modificada nos termos da Lei Estadual nº 11.372, de 10 de dezembro de 2020.

Sua estrutura multicampi possibilitou que pudesse se fazer presente nas cinco mesorregiões do Estado pelos seus *campi* e polos, entretanto com a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, por meio da Lei nº 10.525 de 3 de novembro de 2016, foram desmembrados da UEMA os Centros de Estudos Superiores de Açailândia e Imperatriz.

A atuação da UEMA abrange:

1. Cursos presenciais e a distância de graduação bacharelado, tecnologia e licenciatura;
 1. Programa de Formação de Professores nas Áreas das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Ensinar);
 2. Programa de Formação Profissional e Tecnológico – Profitec;



3. Pós-Graduação *Stricto Sensu* (presencial) e *Lato Sensu* (presencial e a distância).

Hoje, a UEMA, com sede administrativa no *campus* Paulo VI, em São Luís, encontra-se em 60 municípios maranhenses com ensino presencial e a distância. Está organizada em 20 *campi*, sendo um na capital e 19¹ no interior do Estado, nas cidades: Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, São Bento, Santa Inês, São João dos Patos, Timon e Zé Doca.

Com educação a distância, a UEMA tem atuação em 42 municípios, sendo 21 Polos UAB fora dos seus *campi*. E no Programa Ensinar, a UEMA atua em 28 Polos, sendo 19 municípios fora de seus *campi*.

A missão de uma instituição detalha a sua razão de ser. A missão apresentada neste documento destaca o direcionamento da Universidade para a atuação no âmbito da sociedade e no desenvolvimento do Maranhão, e se fundamenta nos pilares da Universidade: ensino, pesquisa e extensão, como meios para a produção e difusão do conhecimento. Sob esses fundamentos, eis o que as escutas realizadas permitiram entender como sendo a vocação da UEMA: “Produzir e difundir conhecimento, orientado para cidadania e formação profissional, comprometido com o desenvolvimento sustentável” (PDI 2021-2025).

A visão institucional é responsável por nortear a Universidade, expressando as convicções que direcionam sua trajetória. Para a concepção de uma Visão da UEMA, buscou-se compreender os propósitos e a essência motivadora das suas ações e do seu cotidiano na tentativa de promover o desenvolvimento do Maranhão. Desse processo, surgiu a convicção de tornar-se referência na produção de conhecimentos, tecnologia e inovação, de forma conectada com o contexto no qual a UEMA está, física ou virtualmente, inserida.

1.2 Políticas Institucionais

O projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante por meio de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Será estimulada a inclusão e a valorização das dimensões ética e humanística na formação do estudante, desenvolvendo atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade. Tal formação também

¹ O campus Paulo VI conta com os centros: o CCA, na área das Ciências Agrárias; o CCT, nas áreas de Engenharias e Arquitetura e Urbanismo; o CCSA, nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas; e o CECEN, na área de Educação e Ciências Exatas e Naturais.



será assegurada por meio do vínculo institucional, das políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa. Serão estimulados também no currículo, os princípios de flexibilidade e integração estudo/trabalho

1.2.1 Ensino

No âmbito da Universidade, existem políticas implementadas pela Pró-Reitoria de Graduação - PROG, tais como:

- O **Programa Reforço e Oportunidade de Aprender**. O PROAprender foi criado pela Resolução nº 990/2017 – CONSUN/UEMA com o objetivo de implementar ações pedagógicas para elevar o rendimento e desempenho acadêmico dos estudantes; aprimorar e desenvolver habilidades e competências dos estudantes relacionadas ao processo de aprendizagem de conteúdos básicos referentes aos diversos componentes curriculares dos cursos de graduação da UEMA; diminuir a evasão e a permanência de estudantes com índice elevado de reprovação.

- A **Monitoria** - De acordo com o art. 73 do Regimento dos Cursos de Graduação, aprovado pela Resolução 1.477/2021-CEPE/UEMA, a “monitoria tem como objetivo incentivar o estudante para a carreira docente da Educação Superior, devendo, para tanto, planejar, com o professor orientador, as atividades teórico-práticas, características dessa ação didático-pedagógica.” O processo seletivo ocorre semestralmente, mediante edital da PROG, em período fixado no Calendário Acadêmico.

- O **Programa Graduação 4.0** - A UEMA, face as transformações por que passa a sociedade, percebendo os movimentos do mundo do conhecimento e das TDIC, ao abrir as portas do ensino superior para múltiplas pessoas e segmentos, expressa a importância de assegurar a formação docente permanente, especialmente para aqueles que não tiveram formação didática na graduação ou em uma pós-graduação, tendo em vista o empoderamento nas suas áreas. Assim, se insere o Programa Graduação 4.0, um programa de inovação didático-tecnológica da UEMA que visa a atualização docente, com ênfase na articulação de metodologias ativas, práticas didático-pedagógicas inovadoras, além da utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), integradas no processo de ensino e aprendizagem na graduação.



1.2.2 Pesquisa

Nas políticas institucionais para a consolidação e ampliação de ações de apoio ao desempenho da produção científica, desde 2016, há o Programa de Bolsa Produtividade em pesquisa, com as categorias Bolsa Pesquisador Sênior e Bolsa Pesquisador Júnior. A finalidade do Programa é a valorização dos professores pesquisadores que tenham destaque em produção científica e formação de recursos humanos em pós-graduação *stricto sensu*.

Há também uma ação que estimula a produção acadêmico-científica dos professores por meio de uma bolsa Incentivo à Publicação Científica Qualificada, paga por publicação de artigos acadêmicos com Qualis A1 a B3 na área de formação/atuação do pesquisador; inclusão do pagamento de Bolsas por livro ou capítulo de livro publicado; inclusão do pagamento de apoio à tradução de artigos científicos, para publicação em língua estrangeira.

Por sua vez, é incentivada a participação de pesquisadores e alunos da Universidade em redes de pesquisa nacionais e internacionais, fomentando o intercâmbio e fortalecendo os grupos de pesquisa existentes, além de estimular a criação de novos grupos, garantindo as condições para o desenvolvimento de suas atividades.

Além disso, existe o incentivo à participação dos estudantes nos programas de bolsas de iniciação à pesquisa, para que durante o curso, em articulação com as atividades de ensino, sejam estimuladas atividades de pesquisa, por meio da iniciação científica. Atualmente, são promovidos: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, fomentado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo Fundo de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão – FAPEMA; e pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI, fomentado pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; o Programa de Bolsas de Iniciação Científica – Ações afirmativas, fomentado pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, todas essas bolsas possuem validade de 1 ano e mesmo valor. Além dessas, existe o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica Universidade Estadual do Maranhão – UEMA para os estudantes que ficam excedentes às vagas de bolsas e que desejam atuar na iniciação científica como voluntários.



1.2.3 Extensão

As atividades de extensão são desenvolvidas nas comunidades locais, com ações voltadas para as escolas públicas, logradouros públicos, coordenadas por professores vinculados ao Curso.

Dentre as referidas políticas, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Estadual do Maranhão, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão – PROEXAE: Bolsa Extensão (PIBEX) - Resolução n. 1409 e valor atualizado pela Resolução n. 383/2022; e Bolsa Extensão para Todos - Resolução n.221/2017-CAD/UEMA. Tem como objetivo conceder bolsas de extensão a discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UEMA, contribuindo para a sua formação acadêmico-profissional, num processo de interação entre a Universidade e a sociedade em que está inserido, por meio do desenvolvimento de projetos de extensão.

As bolsas são concedidas ao aluno da UEMA entre o segundo e o penúltimo período, indicado pelo professor coordenador do projeto, com vigência da bolsa de 12 (doze) meses. Para socialização desses projetos é realizado anualmente a Jornada de Extensão Universitária, promovida pela PROEXAE, na qual são apresentados os resultados obtidos na realização de projetos de extensão que envolvem docentes, discentes e comunidade, sendo obrigatória a participação de todos. Nela é concedida premiação aos melhores projetos desenvolvidos no período.

O **Programa Institucional Mais Extensão Universitária** visa fomentar ações extensionistas, para proporcionar a participação da comunidade acadêmica no desenvolvimento de projetos de extensão nos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Maranhão. Tem como medida estratégica atuar em consonância com as linhas de extensão do Plano Mais IDH e seus respectivos subeixos: 1. Educação; 2. Gênero, Raça e Juventude; 3. Produção e Renda; 4. Saúde e Saneamento; 5. Infraestrutura; e 6. Cidadania, Gestão e Participação Popular, com a finalidade de fortalecer e elevar o IDH dos referidos municípios.

1.2.4 Apoio ao corpo discente

A Universidade é um espaço de desenvolvimento humano e de aprendizagem e, como tal, deve alcançar a comunidade acadêmica em suas diversas dimensões. O bem-estar e a

inclusão social são pilares de sua filosofia, possibilitando que sua comunidade acadêmica usufrua do direito à educação e de saúde física, emocional e mental.

1.2.4.1 Apoio à saúde e bem-estar

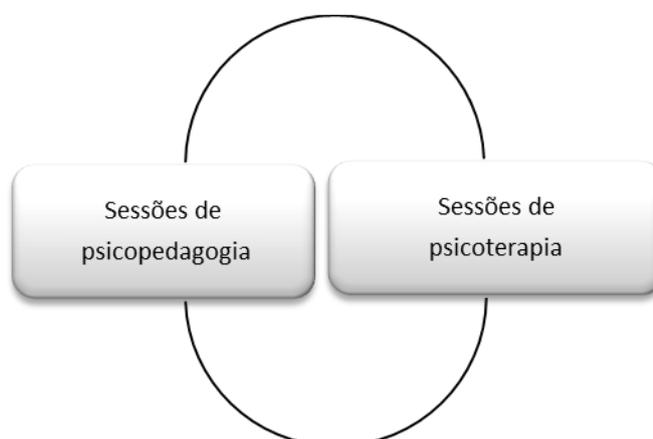
A UEMA, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP, dispõe da seguinte estrutura administrativa para ofertar o apoio à comunidade acadêmica:

✓ **Divisão de Apoio Psicossocial - DAP**

A Divisão de Apoio Psicossocial – DAP é uma unidade que tem o compromisso de contribuir para aumento da qualidade da estrutura de assistência aos alunos, professores e professoras e demais funcionários.

A DAP/PROGEP oferece o Serviço de orientação Psicológica e Psicopedagógica - SOPP. O SOPP visa aumentar a saúde emocional/mental da comunidade acadêmica da Universidade.

Figura 1. Serviços ofertados pela DAP



Fonte: DAP, 2022

Esse trabalho é realizado por meio de levantamento de situações mais urgentes de necessidades de intervenções de acompanhamento emocional, ações protetivas e interventivas à comunidade acadêmica de maneira personalizada e coletiva, promoção de palestras, fóruns, simpósios sobre saúde emocional/mental, a fim de contribuir também com a comunidade em geral, por meio de parcerias internas e externas, como a Fapema, CNPQ; além de prestar o

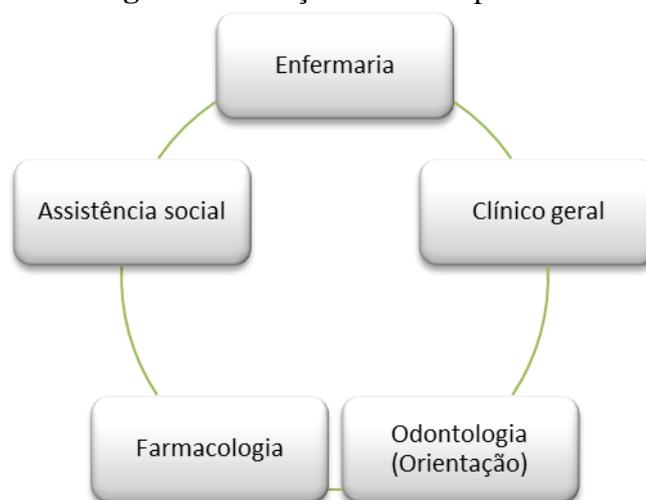
acolhimento ao ingressante quanto à organização de seus objetivos e organização de seu projeto pessoal pedagógico em sua vida acadêmica.

Atualmente, o SOPP/UEMA, por meio da psicoterapia com abordagem cognitiva-comportamental, funciona em caráter emergencial, oferecendo o serviço aos matriculados na UEMA (devido à grande demanda existente, com a pandemia da Covid-19) quatro sessões psicoterapêuticas, visando ajudar o paciente a utilizar seus recursos cognitivos-emocionais a seu favor para o seu reequilíbrio psicossocial.

✓ **Divisão de Serviço Social e Médico - DSSM**

A Divisão de Serviço Social e Médico - DSSM é uma unidade de saúde que atende a comunidade acadêmica (alunos, professores, técnico-administrativos, prestadores de serviço e comunidade) em regime de pronto atendimento, sem internação.

Figura 2. Serviços ofertados pela DSSM



Fonte: DSSM, 2022.

No Campus Paulo VI, a UEMA conta com o Núcleo de Esporte e Lazer – NEL, ligado ao Departamento de Artes e Educação Física – DAEF/CECEN, do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais. O NEL é uma unidade que tem por missão contribuir para a promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida da comunidade acadêmica. Nesse Núcleo, a UEMA oferece o Programa Supervisionado de Atividade Física que abrange: avaliação física, avaliação nutricional, musculação, ginástica aeróbia, treinamento funcional, caminhada

e ginástica laboral. Essas atividades têm por finalidade combater o sedentarismo e favorecer um estilo de vida saudável de alunos, professores, funcionários e comunidade em geral.

Figura 3. Serviços ofertados pelo NEL



Fonte: NEL, 2022

Fonte: NEL, 2022.

1.2.4.2 Programas de auxílio

Outras políticas institucionais de apoio discente quanto à permanência implementadas foram: a criação do Programa Bolsa de Trabalho (Resolução nº 179/2015 – CAD/UEMA); a instituição do Programa Auxílio Alimentação, com incentivo pecuniário mensal de caráter provisório nos *campi* em que não existem restaurantes universitários (Resolução nº 228/2017 – CAD/UEMA); o Programa Auxílio Moradia, viabilizando a permanência dos estudantes na universidade cujas famílias residam em outro país, estado ou município diferente dos *campi* de vínculo (Resolução nº 230/2017 – CAD/UEMA); o Programa Auxílio Creche, que disponibiliza ajuda financeira aos estudantes (Resolução nº 229/20157 - CAD/UEMA); criação do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional e Nacional para estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação (PROMAD); o Auxílio para apresentação de trabalhos em evento (Portaria Normativa nº17/2018-GR/UEMA); a Bolsa Cultura (Resolução nº 1226/2016-CEPE/UEMA e nº 960/2016-COSUN/UEMA); a Bolsa apoio aos estudantes com deficiência (Resolução nº 346/2021-CAD/UEMA); e a Bolsa Acolher (Resolução nº 1409/2019 e valor atualizado pela Resolução nº 383/2022).



1.2.4.3 Educação inclusiva

NAU, 2022

As políticas de Educação Inclusiva são aquelas relacionadas aos alunos público-alvo da Educação Especial, com vistas à inserção de todos, sem discriminação de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas ou socioeconômicas e requerendo sistemas educacionais planejados e organizados, que deem conta da diversidade de alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades. Uma política que pressupõe que todos os estudantes devem conviver e compartilhar o mesmo ambiente de ensino e aprendizagem, livres de discriminação injustas de qualquer natureza, participando e aprendendo junto dos demais. Nesse sentido a política inclusiva valoriza as potencialidades de cada sujeito e dá condições para que todos aprendam e se desenvolvam integralmente.

A UEMA acredita que as políticas de educação inclusiva proporcionam um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidade e participação total das pessoas com deficiências no processo de aprendizagem. O compromisso da UEMA com essas questões está explicitado no Programa de Apoio a Pessoas com Deficiências, desde o momento em que foi aprovada a Resolução nº 231/2000 – CONSUN/UEMA, de 29 de fevereiro de 2000, que instituiu o Núcleo Interdisciplinar de Educação Especial. A inclusão tem sido uma das premissas do desenvolvimento desta instituição. Dentre outras ações afirmativas, essa Resolução assegura condições de atendimento diferenciado nos campi/centros da Instituição para estudantes que possuem algum tipo de deficiência ou transtornos funcionais específicos.

No intuito de se alinhar ao disposto em Decretos-Leis, Leis e às resoluções do Conselho Nacional de Educação, tais como o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que orienta a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, bem como para fortalecer o compromisso institucional com a garantia de acessibilidade, foi instituído pela Resolução nº 886/2014, de 11 de dezembro de 2014, o Núcleo de Acessibilidade da UEMA - NAU, vinculado à Reitoria.

O NAU faz o acompanhamento, a orientação aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Assim como os alunos que apresentam transtornos funcionais específicos. Todo o trabalho é realizado com a finalidade de remover todas as barreiras, visando a promoção da acessibilidade em todas as áreas.

Esse trabalho tem a finalidade de proporcionar condições de acessibilidade e garantir a permanência às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no espaço acadêmico, incluindo todos os integrantes da comunidade acadêmica. Operacionaliza suas ações baseadas em diretrizes para uma política inclusiva, a qual representa uma importante conquista para a educação, contribuindo para reduzir a evasão das pessoas público-alvo da educação especial.



O objetivo do NAU é viabilizar condições para expressão plena do potencial do estudante durante o ensino e aprendizagem, garantindo sua inclusão social e acadêmica nesta Universidade.

Mas, o NAU vai além da indicação de necessidades imediatas para o acesso. Trabalha no diagnóstico de demandas e elabora projetos, visando à ampliação desse acesso. Busca, também, fomentar a formação de egressos capazes de atender às demandas desse público e visando levar a inclusão para além dos portões da UEMA, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, estabelece a obrigatoriedade do Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, em cursos de Licenciatura, e é plenamente cumprido pela UEMA. A disciplina é optativa nos cursos de bacharelado. Para ampliar o alcance e potencializar a inclusão, além de capacitar e disponibilizar professores para o ensino da disciplina, o NAU oferece, regularmente, o curso de Língua Brasileira de Sinais a toda comunidade acadêmica e ao público em geral.

Para estudantes com deficiência visual, a UEMA pode proporcionar, caso seja solicitada ao NAU, sala de apoio contendo: a) sistema de síntese de voz, impressora Braille acoplada a microcomputador ou máquina de datilografia Braille; b) gravador e fotocopiadora que amplie textos; c) aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio; d) *software* de ampliação de tela; e) equipamento para ampliação de textos para atendimento ao estudante com baixa visão; f) lupas, régua de leitura; g) *Scanner* acoplado a microcomputador; e, a aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para estudantes com deficiência auditiva, a UEMA pode proporcionar, caso seja solicitado ao NAU: a) intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, completando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do(a) discente; b) flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; e, aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para uso do vocabulário pertinente à matéria do curso em que o(a) estudante estiver matriculado(a).

Para estudantes com deficiência física, a UEMA pode proporcionar: a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do(a) estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo; b) reserva de vagas em estacionamento nas proximidades das unidades de serviços; c) rampas com corrimãos facilitando a circulação de cadeira de rodas; d) portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; e) barras de apoio nas paredes dos banheiros; lavabos e bebedouros; e, profissional de apoio (educador físico adaptado).

Para estudantes com Transtorno de Espectro Autista - TEA (autismo, síndrome de Asperger, transtorno desintegrativo da infância e transtorno geral do desenvolvimento não especificado): a) acompanhamento pelo profissional de apoio, atendimento psicomotor, atendimento fonoaudiológico e outros.

Para estudantes com transtorno funcional específico: a) acompanhamento com equipe multidisciplinar do NAU (psicopedagogos/as, pedagogos/as, fonoaudiólogo/a, psicólogo/a).



Para o corpo docente e pessoal técnico-administrativo, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de: a) informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado de estudantes com deficiência; b) cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas; cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

Para comunidade em geral, a oferta de: a) campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças; b) parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe (sindicatos, associações, federações, confederações etc.) com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil organizada para o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiências sociais como direitos humanos universais; c) integração Escola/Empresas para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para discentes com deficiência.

Buscando contribuir para a efetivação da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014), oferece o curso de Transtorno de Espectro Autista – TEA. Oferece, ainda, os cursos de Sistema Braille, Dificuldades de Aprendizagem, Intervenção Fonoaudiológica nas Alterações da Fala e Linguagem, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, Práticas Pedagógicas Inclusivas, Ecoterapia, Audiodescrição, Educação Inclusiva na Educação Infantil, dentre outros.

1.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a UEMA realiza avaliações institucionais por meio de Comissão Própria de Avaliação – CPA e da Divisão de Avaliação e Acompanhamento do Ensino – DAAE. Essas avaliações abrangem o corpo discente, docente e técnicos-administrativos, com o intuito de melhorar a qualidade da educação superior que a UEMA oferece.

Segundo informações da CPA, a comissão coordena e conduz processos de autoavaliação e intermedia processos de avaliação externa relacionados à Universidade diante de avaliadores do INEP/MEC ou CEE/MA.

Já a DAAE, por meio de seus relatórios, expõe que são aplicados questionários voltados para o corpo discente e docente em relação ao curso e às disciplinas, e aos egressos em relação ao curso, desempenho, aspectos profissionais e condições oferecidas pela universidade.



1.3.1 Externa

No que diz respeito à avaliação externa, os Cursos de Graduação da UEMA passam por dois tipos de avaliações:

- Avaliação para reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento dos cursos pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE/MA);
- Avaliação de verificação de desempenho dos alunos ingressantes e egressos da UEMA pelo SINAES.

A avaliação pelo CEE/MA é norteada pela Resolução nº 109/2018 – CEE/MA, que estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências. Tal resolução especifica meios e mecanismos que os cursos deverão seguir para que seja efetivado seu reconhecimento ou sua renovação de reconhecimento.

O SINAES, por sua vez, é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, avalia os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações. O SINAES avalia todos os aspectos do ensino, da pesquisa e da extensão, obtendo assim, informações que servirão de orientação para as IES. Desse modo, o SINAES traz uma série de instrumentos capazes de produzir dados e referenciais para uma melhor eficácia na análise ou avaliação de curso e da instituição. Dentre os mecanismos capazes de avaliar o ensino, destaca-se o Enade, que se caracteriza por ser um componente curricular obrigatório nos cursos de graduação (Lei 10.861/2004).

1.3.2 Interna

A UEMA conta com o compromisso da Administração Superior (Reitoria, Pró-Reitorias, Centros de Estudos, Direção de Cursos, Chefias de Departamentos) em adotar a avaliação como fator imprescindível para decisão em seu planejamento estratégico. Os diversos *campi*/centros que compõem a estrutura da UEMA devem assentar as suas atividades baseadas nas informações levantadas por meio da autoavaliação. Além disso, tem sido crescente o interesse da Comunidade acadêmica necessário ao alcance do sucesso a arregimentação de todos os atores para a responsabilidade e comprometimento com a efetividade e o prosseguimento do processo avaliativo.



O caráter formativo da autoavaliação deve possibilitar o aperfeiçoamento tanto pessoal dos membros da comunidade acadêmica quanto institucional, pelo fato de fazer com que todos os envolvidos se coloquem em um processo de reflexão e autoconsciência institucional.

O processo de autoavaliação desencadeado pela UEMA se constitui em uma experiência de aprendizagem para toda a comunidade acadêmica. No percurso da realização desse processo exige-se o estabelecimento de condições, algumas relacionadas abaixo, consideradas prerrogativas: Comissão Própria de Avaliação - CPA e Avaliação dos Cursos de Graduação - Avalgrad. Conta com as avaliações externas imprescindíveis à qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como as avaliações dos cursos pelo CEE/MA e o SINAES.

A CPA, com autonomia e condições para planejar, coordenar e executar as atividades, mantendo o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade, assessorando os segmentos quanto à divulgação, análise e discussão dos resultados e quanto à tomada de decisões sobre as providências saneadoras.

A autoavaliação da UEMA constitui-se em uma experiência social significativa, orientada para a formação de valores e potencialização do desenvolvimento humano e institucional, pautada nos seguintes princípios:

a) Ética: a autoavaliação bem como todas as suas ações decorrentes deverá se pautar no respeito aos direitos humanos, na transparência dos atos e na lisura das informações, buscando permanentemente soluções para os problemas evidenciados. Portanto, deve fazer parte do cotidiano de todo processo avaliativo, construindo sua materialidade histórica e cultural, numa realidade concreta, pela intervenção de sujeitos sociais preocupados em defender um projeto de sociedade permeado por valores democráticos e de justiça social;

b) Flexibilidade: a autoavaliação deve ser aberta, de fácil compreensão dos seus procedimentos e resultados, além do respeito às características próprias de cada segmento. Fica assegurada no processo avaliativo a observância aos ajustes sempre que necessários às peculiaridades regionais e adaptabilidade ao processo de avaliação institucional. Assim, a autoavaliação propiciará oportunidades para aprender, criar, recriar, descobrir e articular conhecimentos, ou seja, criar perspectivas para educar e adaptar-se a uma realidade plural, contraditória e em constante processo de mutação;

c) Participação: o processo de autoavaliação deverá contar com a participação ampla da comunidade acadêmica em todas as suas etapas, abalizada no respeito aos sujeitos, considerando suas vivências e o seu papel no contexto da instituição. Constitui-se em um



exercício democrático, com abertura de espaços para o diálogo com os diferentes interlocutores, assegurando a sua inserção desde a concepção e execução dos instrumentos de avaliação até a análise crítica dos seus resultados;

d) Excelência: o compromisso da UEMA com a qualidade das suas ações, processos e produtos, se estende, também à autoavaliação e aos seus resultados. Partindo da compreensão da avaliação como um processo sistêmico, a autoavaliação tem o propósito de entender o contexto institucional como um todo, buscando investigar a realidade concreta nos seus aspectos internos e externos, mediante coleta e interpretação de comportamentos sociais, garantindo que os seus resultados venham contribuir para a eficiência e eficácia dos serviços disponibilizados à comunidade;

e) Inovação: a autoavaliação deverá incentivar formas de enfrentamento de problemas que resultem em soluções criativas compatíveis com a realidade da instituição. As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) estão sendo gradativamente integradas às práticas didático-pedagógicas da UEMA, buscando a promoção de um ambiente favorável à criatividade, à experimentação e à implementação de novas ideias. Dessa forma, metodologias interativas devem ser estimuladas e difundidas no seio da autoavaliação para provocar a quebra de estilos ortodoxos ou de acomodação;

f) Impessoalidade: a autoavaliação não deverá tomar como objeto de análise as pessoas enquanto indivíduos. Não são as pessoas que serão avaliadas, mas sim as estruturas, as práticas, as relações, os processos, os produtos e os recursos que constituem o saber/fazer da UEMA.

Para contemplar a participação efetiva de todos os *campi*/centros, o processo de autoavaliação será realizado pelas Comissões Setoriais de Avaliação dos *campi*/centros. As comissões Setoriais de Avaliação dos Centros têm a atribuição de desenvolver o processo avaliativo junto aos *campi*/centros, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade, respeitadas as orientações da CPA/UEMA.

As Comissões Setoriais de Avaliação dos *campi*/centros funcionarão como prolongamento da CPA/UEMA e devem criar estratégias adequadas à realidade local, no sentido de possibilitar a participação dos gestores, servidores docentes, servidores técnico-administrativos e de representantes da sociedade em todas as etapas da avaliação.

A Avaliação dos Cursos de Graduação é também contemplada pela AvalGrad, conforme a Resolução nº 1477/2021-CEPE/UEMA, Seção II, Da Autoavaliação dos Cursos



de Graduação, artigos 176 e 177, e envolve gestores, corpo docente, técnico-administrativos e discente.

Art. 176 A autoavaliação dos cursos de graduação é coordenada e supervisionada pela Prog, por meio da Divisão de Acompanhamento e Avaliação do Ensino (DAAE), vinculada à CTP, conforme Regimento das Pró-Reitorias.

§ 1º A autoavaliação dos cursos de graduação, no âmbito da Prog, será realizada por meio da Avaliação dos Cursos de Graduação (Avalgrad), semestralmente.

§ 2º A análise dos resultados da Avalgrad e as proposições de melhoria dos indicadores de qualidade de cada curso devem ser realizadas pelos seus NDE, Colegiado de Curso, e homologadas pelo Conselho de Centro.

§ 3º A análise dos resultados da Avalgrad e as proposições de melhoria dos indicadores de qualidade do curso são condições indispensáveis para a validação do PPC, pela CTP/PROG, quando do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso.

§ 4º As Atas do Colegiado do Curso e Conselho de Centro, referidas no § 2º deste artigo deverão ser encaminhadas à CTP/PROG, e anexadas ao PPC, quando do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso.

Art. 177 A autoavaliação dos cursos se faz com base no PPI, PDI e nos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação, considerando o perfil estabelecido pela Uema para o profissional cidadão a ser formado por todos os cursos, bem como nos princípios e concepções estabelecidos neste Regimento.

A proposta para a reformulação do Projeto de autoavaliação/2021-2025 da UEMA já apresenta caminhos para a continuidade das ações avaliativas institucionais, pretendendo expandi-las e consolidá-las em observância às diretrizes emanadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e pelo CEE/MA, respeitada as peculiaridades institucionais e ao mesmo tempo se constitui numa experiência formativa.

CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1 Contextualização histórica e geográfica do Curso

O campus UEMA Santa Inês desde 1998 passou a contar com o curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas, criado através da Resolução n° 160/97 CONSUN/UEMA, com parecer favorável da resolução n° 042/97 CONSUN/UEMA, de 19/08/1997, cuja autorização de funcionamento foi instituída através da Resolução n° 187/2000 – CEE. Considerando o parecer n° 332/2000 – CEE, da Câmara de Ensino Superior, Legislação e Normas, emitidas no processo n° 621/98 – CEE, unanimemente aprovado em Sessão Plenária, com o propósito de formar professores aptos a atuar na educação Básica da rede pública e privada de Santa Inês e região, assim como em todo o território nacional.

Nesse contexto a implantação do curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa já dispõe de um corpo docente qualificado e experiente além de uma infraestrutura disponível, uma vez que o curso funcionará no período noturno e visa atender aos alunos que durante o dia encontram-se às voltas com suas atividades laborais e em decorrência não dispõem de condições financeiras nem disponibilidade para frequentar cursos que funcionam no período diurno.

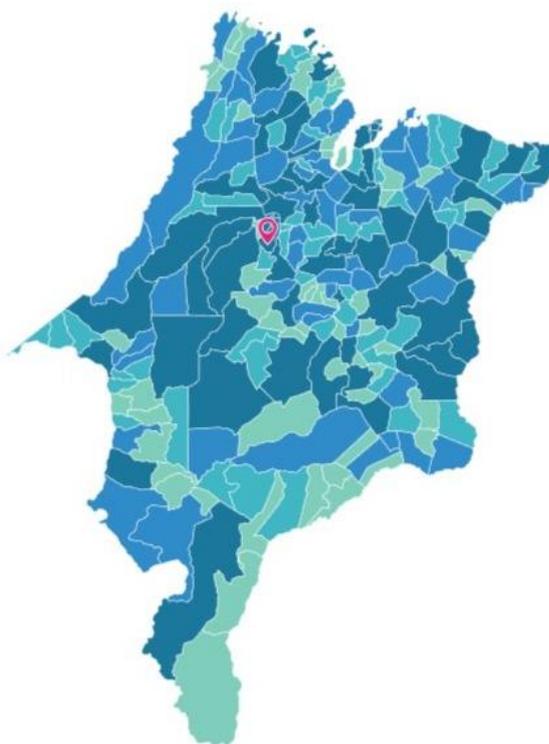
A relevância da implantação do Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa reside nos pontos elencados:

1. Ampliar o leque de opções para a qualificação profissional dos jovens;
2. Assegurar que o professor responsável pelo ensino de Língua Materna na Educação Básica tenha a qualificação mínima exigida pela LDB N° 9.394/96;
3. Contribuir para a melhoria dos índices de leitura, escrita e interpretação de textos da região;
4. Proporcionar o atendimento de necessidades e aspirações pessoais dos jovens locais;
5. Possibilitar que o profissional egresso assuma um papel decisivo no desenvolvimento político, econômico e social do município de Santa Inês, assim como nos demais municípios da região, a exemplo de: Pindaré Mirim, Bela Vista, Monção, Igarapé do

Meio, Bom Jardim, Santa Luzia, Pio XII, Tufilândia, Governador Newton Belo e Zé Doca, dentre outros, assim como

2.1.1 Caracterização do Município

Figura 4. Mapa Maranhão-Localização do município de Santa Inês.



Fonte: IBGE, 2017.

Com uma superfície de 600 479 Km², o município de Santa Inês situa-se na Mesorregião 02 – Meio Norte e integra com outros 22 municípios da microrregião do Pindaré, da qual Santa Inês é o polo de convergência e expansão das atividades econômicas e culturais. A sua população é estimada em 83.238 habitantes, e a dos demais municípios foi estimada em 2009, pelo IBGE, 640.315 habitantes, o que nos dá um total de cerca de 720 mil habitantes para toda a região.

Com uma distância de 240 km de São Luís, capital do Estado, Santa Inês goza, hoje, de um progresso evidente que a faz superar amplamente os municípios vizinhos. Este surto de desenvolvimento deveu-se, sobretudo, à influência da BR 316 que atravessa o município e à construção da BR São Luís – Imperatriz, que propiciou a formação de um eixo

viário que o integrou ao resto do país, passando, então, Santa Inês, a capitanear todo o fluxo de atividade comercial, pecuária e agrícola da região.

Atualmente a cidade de Santa Inês é conhecida como “A princesa do Vale do Pindaré”. Sendo a principal cidade da região, exerce forte influência em cidades vizinhas como: Pindaré Mirim, Bela Vista, Monção, Igarapé do Meio, Bom Jardim, Santa Luzia, Pio XII, Tufilândia, Governador Newton Belo e Zé Doca. A cidade de Santa Inês, beneficiada por duas ferrovias federais, possui uma boa infraestrutura e logística, despontando como uma das principais cidades do Maranhão.

No que se refere à educação Santa Inês vem se destacado como um polo regional de educação uma vez que atende alunos das cidades circunvizinhas como Pindaré-Mirim, Pio XII, Santa Luzia, Bela Vista, Igarapé do Meio, Zé Doca e Bom Jardim em diversos níveis de ensino. Além disso conta com campus da UEMA, polo da UFMA, UAB, e diversas Instituições particulares de Ensino Superior.

2.1.2 Caracterização do Campus Santa Inês

O Campus da UEMA Santa Inês oferece o Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e suas Literaturas, surgiu com a finalidade de qualificar profissionais para áreas da educação e reside na necessidade de oferecer cursos de educação superior que deem oportunidades de qualificar profissionais para o exercício de uma prática efetiva e competente, conforme as exigências da LDB N° 9.394/96 e que atendam ao propósito da IES de contribuir para o desenvolvimento da localidade em que atua.

Em 15 de julho de 1997, com o advento da Lei n° 6.947 na Estrutura Organizacional da UEMA, foi criado o Centro de Estudos Superiores de Santa Inês com publicação no Diário Oficial n° 138, de 21 de julho de 1997 e, a partir de janeiro de 1998 começou a funcionar efetivamente com os cursos de Letras e Pedagogia no prédio da Companhia Vale do Rio Doce, localizada à Rua 04, n° 54 – Vila Militar, cedido à Prefeitura de Santa Inês, através de Contrato de Comodato previsto para cinco anos. Ressalta-se que o Prédio foi doado pela Vale S/A, em 28 de janeiro de 2014, à Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, para sediar o Centro de Estudos Superiores de Santa Inês, o que, doravante, é denominado “UEMA - Campus Santa Inês”.



A UEMA- CAMPUS SANTA INÊS constitui-se no desencadeamento de ações interiorizadas na região do Vale do Pindaré. Embora limitada a três cursos regulares: Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas; Pedagogia, com habilitação em Magistério e Enfermagem Bacharelado, o campus da Princesinha do Vale do Pindaré - expandiu-se através do PROCAD, do programa Magistério 2000, e do Programa Darcy Ribeiro a todo Maranhão Norte, oferecendo uma ação renovadora e transformando o cenário educacional dos municípios da região.

Atualmente o campus, no processo de interiorização e ampliação dos cursos pela UEMA na região, conta com os cursos Gestão Comercial, Administração Pública e Física, na modalidade EAD; com os cursos de Licenciatura em Matemática, História e Ciências Sociais pelo Programa Ensinar; Curso Superior em Redes de computadores pelo Profitec; os de Geografia e Filosofia pela UAB, Universidade Aberta do Brasil, além de contar com turmas do programa UNABI.

2.1.3 Justificativa para a criação do Curso

Tabela 01 - comparação de diversos aspectos da educação Santa Inês x a média nacional

COMPARAÇÃO DE DIVERSOS ASPCTOS DA EDUCAÇÃO SANTA INÊS X A MEDIA NACIONAL							
	IDEB anos iniciais do ensino fundamental 2017	IDEB anos finais do ensino fundamental 2017	% de docentes do fundamental com formação adequada 2017	% de docentes de médio com formação adequada 2017	% de docentes na rede pública do fundamental com formação adequada 2017	% de docentes na rede pública do médio com formação adequada 2017	% de docentes na rede privada do fundamental com formação adequada 2017
BRASIL	5,5	4,4	55,7	61	56,8	60,7	62,3
SANTA INÊS	4,2	3,6	29,5	54,3	29,9	57,7	24,7

Fonte: IDEB, 2017.

As avaliações nacionais e internacionais realizadas para verificar a aprendizagem dos alunos na área de Língua Portuguesa, nos diversos níveis da Educação Básica, demonstram a urgência em qualificar o profissional responsável pelo ensino de Língua Materna para que ele atenda ao desafio de reverter o baixo desempenho dos alunos, no que se refere ao uso da língua, principalmente na leitura, compreensão e produção de textos.

Essa é uma realidade comum à maioria das cidades brasileiras de todas as regiões do país. Verifica-se que o município de Santa Inês, conforme IDEB(2017), nos anos iniciais e

finais do Ensino Fundamental, apresentam índices bem abaixo da média nacional, conforme ilustra a tabela (01) acima. Resultado que se relaciona diretamente ao acentuado percentual de docentes do Ensino Fundamental e Médio sem formação adequada, conforme atestam os dados presentes na referida tabela. Nesse ponto, o fato se agrava por tratar dos professores que atuam no Ensino Fundamental tanto da rede pública quanto privada.

Sabe-se que o Brasil faz parte de um grupo de países em que mais de 50% dos estudantes têm dificuldade para usar a leitura como meio de adquirir conhecimento em outras áreas, ocupando uma das últimas posições no PISA, 59ª, de acordo com o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) realizado em 2018, com o objetivo de averiguar o nível de conhecimentos e habilidades essenciais adquiridas para a vida social e econômica. O que permite inferir que dentre os fatores que contribuem para o baixo rendimento dos alunos na Educação Básica, destaca-se o parco rendimento na leitura, que por sua vez tem como principal causa a baixa ou a não qualificação do professor de Língua Portuguesa que atua nesse contexto.

Considerando que a leitura e a escrita mediam o ensino em todas as áreas do conhecimento propostas no currículo escolar e para além da escola configura-se como imprescindível para inserção e participação no contexto social, evidencia-se a necessidade de capacitação dos nossos professores de língua portuguesa. Nessa perspectiva, Silva (2012) e Lajolo (1988) defendem urgência na formação do profissional “mediador privilegiado de leitura”, responsável pela “[...] iniciação das crianças à leitura através da alfabetização e o ensino das diferentes práticas que são necessárias às demandas da vida atual nas sociedades letradas, também chamadas de sociedades do conhecimento, da informação e/ou, ainda, midiáticas” (SILVA, 2012, p. 111). De modo a oferecer aos docentes da escola básica conhecimentos científicos e didáticos que os capacitem a formar leitores críticos e atuantes, capazes de dialogar com os diferentes textos que circulam na sociedade e com aqueles que constituem nossa herança cultural.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de oferecer oportunidades de formação de profissionais na área de língua e literaturas portuguesa, para atuarem na Educação Básica do município de Santa Inês e região, uma vez que a realidade de Santa Inês não é a única que se encontra em descompasso na região do Vale do Pindaré, atendida pela UEMA campus Santa Inês e a capacitação profissional é o caminho mais seguro para se chegar ao ponto desejado: educação de qualidade.

2.1.4 Aporte Legal e Normativo do Curso

Para atender ao seu propósito de formar profissionais para a atuação ética e crítica na sociedade contemporânea, atento à sua complexidade e diversidade cultural, dotados de uma visão teórico-prática da língua e da literatura, o curso de Letras da UEMA campus Santa Inês foi elaborado de forma a atender a legislação que regulamenta a educação formal em todos os âmbitos de sua atuação, a saber:

Âmbito Federal

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Parecer nº 492 - CNE/CES, de 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.
- Resolução nº 18 - CNE/CES, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.
- Resolução nº 1 - CNE/CP, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Estabelece a obrigatoriedade do Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras em curso de Licenciatura.
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura/Secretaria de Educação Superior. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, 2010.
- Resolução nº 1 - CONAES, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante.



- Resolução nº 1 - CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução nº 2 - CNE/CP, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Resolução nº 2 - CNE/CP, de 1º de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

Âmbito Estadual

- Decreto nº 15.581, de 30 de maio de 1997. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.
- Resolução nº 109 - CEE/MA, de 17 de maio de 2018. Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências.

Âmbito Institucional

- Resolução nº 886 - CONSUN/UEMA, de 11 de dezembro de 2014. Cria o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão.
- Resolução nº 891 – CONSUN/UEMA, de 31 de março de 2015. Aprova o Regimento do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e dá outras providências.
- Resolução nº 1233 - CEPE-UEMA, de 6 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a regulamentação de hora-aula e dos horários nos cursos de graduação presenciais da Universidade Estadual do Maranhão.



- Resolução nº 1264 - CEPE/UEMA, de 6 de junho de 2017. Cria e aprova as Diretrizes Curriculares para os cursos de Licenciatura da UEMA.
- Resolução nº 1023 – CONSUN/UEMA, de 21 de março de 2019. Regulamenta o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão.
- Resolução nº 1477, de outubro de 2021. Estabelece o Regimento dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão.
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2021-2025).

2.1.5 Estudo de viabilidade

2.2 Formação do Profissional

A Universidade configura-se como um lugar plural de construção de diferentes percepções de mundo, por isso considera e defende a diversidade e as diferenças como insumos constituintes das culturas e dos saberes, que contribuem para fortalecer as identidades do povo brasileiro. Estrutura-se em um conjunto de relações sociais e humanas, um centro de socialização e produção de culturas e conhecimentos e, por isso, não pode ser concebida fora do contexto em que está inserida a realidade contemporânea

É sob essa percepção que a estrutura do projeto do curso de Letras Português, assim como seus objetivos e o perfil do egresso, têm como escopo a formação de um profissional consciente de sua responsabilidade social, do seu papel no desenvolvimento das competências e habilidades de leitura e escrita, e no conhecimento das manifestações literárias, esperadas em cada nível de ensino, fundamental e médio, em que exercerá a função de professor de língua e literatura portuguesa. Um profissional apto a utilizar no seu ofício as novas tecnologias, as diferentes teorias e métodos de ensino estudados durante o curso de modo que ocorra a transposição didática dos conhecimentos sobre língua e literatura. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras Português assume o compromisso de:

- Contribuir para a formação de profissionais versados em língua materna que sejam conscientes de seu papel como agentes de transformação social, por meio do exercício *com e sobre* a linguagem;



- Oferecer ao longo da formação conhecimentos linguísticos e literários, bem como um conjunto de habilidades e competências para o exercício da prática pedagógica;
- Proporcionar a reflexão crítica sobre a realidade do ensino fundamental e médio, fundamentada em uma visão histórica, social, filosófica, política, cultural e econômica;
- Fornecer estratégias que possibilitem o crescimento cultural discente, viabilizando a solução de questões relacionadas à linguagem oral e escrita;
- Fornecer parâmetros para estabelecer relações entre a formação oferecida no curso, necessidades e desafios da linguagem nas suas múltiplas diversidades;
- Oportunizar o domínio discente de conhecimentos de forma a ampliar sua visão interdisciplinar;
- Possibilitar ao aluno de Letras domínio dos conteúdos linguísticos e literários que lhe permitam falar e escrever corretamente no idioma prático;
- Refletir criticamente sobre a realidade dos Ensinos Fundamental e Médio abalizados numa visão histórica e cultural;
- Elaborar propostas metodológicas que viabilizam a socialização dos conteúdos na área de LETRAS, de forma a assegurar a eficácia do processo ensino e aprendizagem;
- Desenvolver a capacidade intelectual do licenciado, de modo que se torne capaz de realizar suas atividades, não só na docência, mas também na pesquisa, elaborando e executando projetos que redundam no enriquecimento cultural de seu meio; assim como exercer atividades diversas.

2.2.1 Competências e habilidades do profissional a ser formado

Como processo contínuo, incluindo a pesquisa, a extensão e o ensino, como aspectos que a Base Nacional Comum Curricular sugere aos objetivos a serem alcançados pelos alunos do Ensino Básico (Fundamental e Médio), logo o futuro professor deve estar preparado para trabalhar na perspectiva de uma prática pedagógica voltada para a investigação, compreensão, domínio científico e sociocultural do conhecimento. Para atender a essas exigências o profissional formado em Letras deverá desenvolver nos seus alunos, o curso deve oferecer uma estrutura de sustentação por meio de disciplinas direcionadas para o estudo de conteúdos específicos e genéricos, numa perspectiva voltada para o ensino, pesquisa e extensão.

Assim sendo, consoante as Diretrizes Curriculares Nacionais, divulgadas pelo MEC, o Curso de Letras deve proporcionar o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades no egresso:

- Compreender, analisar, interpretar, explicar e contextualizar as informações do mundo em que vive;
- Utilizar o raciocínio lógico, o poder de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica acerca do conhecimento;
- Dominar o uso da língua portuguesa, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- Demonstrar domínio ativo e crítico de um repertório representativo de Literaturas em Língua Portuguesa;
- Descrever e justificar as peculiaridades fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas e semânticas do português brasileiro com especial destaque para as variações regionais sócio dialéticas e para as especificidades da norma padrão;
- Ter uma visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias que fundamentam sua formação profissional;
- Atuar em equipes de pesquisa interdisciplinar na área de Letras e áreas afins;
- Habilitar o docente para desempenhar papel de multiplicador, formando leitores críticos, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros e registros linguísticos, fomentando o desenvolvimento de habilidades linguísticas, culturais e estéticas.
- Domínio tanto dos conteúdos básicos, objeto dos processos de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio, quanto dos métodos e técnicas pedagógicas que propiciam a melhor transmissão possível desses conteúdos.

A Universidade, enquanto espaço de produção e socialização do conhecimento, deve levar o aluno, especialmente o do Curso de Letras Licenciatura, a refletir teoricamente sobre a linguagem, uma vez que é esse o seu objeto de estudo. Para tanto, a prática pedagógica do seu corpo docente deve ser norteada por uma perspectiva dialógica, uma vez que a relação professor/aluno é constituída por sujeitos sócio-históricos, o que implica o reconhecimento da linguagem como um processo de interação social, acarretando necessariamente numa postura

em que docente comporta-se como o facilitador da aprendizagem e não mais como o detentor do conhecimento, respeitando a história educacional e cultural trazida pelo aluno.

Reconhecer essa história significa identificar as limitações impostas pelo sistema social vigente e buscar a ampliação dos horizontes desse discente, o que condiciona o professor à produção de alternativas metodológicas adequadas, resultando na concretização dos objetivos definidos pelo curso. Assim, a prática pedagógica constitui um ponto de reflexão constante, tendo em vista os desafios apontados pelos diversos contextos apresentados em sala de aula, que exigem um novo fazer didático-pedagógico.

A relação teoria e prática deve ser concretizada pela atuação do professor em sala de aula, à medida que o texto verbal ou não verbal, literário ou não-literário, não se constitui somente como o principal recurso didático para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, mas sobretudo por ser o objeto de análise do curso de Letras. Dessa forma, fica pressuposto como princípio básico o estudo do texto, objetivando conhecer todas as suas possibilidades de manifestação para o conhecimento e o desenvolvimento de teorias linguísticas e literárias que dão sustentação teórica ao olhar direcionado a esse objeto.

Além disso, o estudante deverá ser preparado para fazer uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e de compreender sua formação profissional se articulam no processo ensino-aprendizagem.

2.2.2 Objetivo Geral do Curso

Qualificar profissionais em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa para o exercício da docência no Ensino Fundamental e Médio, bem como em outras diferentes solicitações profissionais, de forma competente e comprometida com o contexto sociocultural no qual estão inseridos.

2.2.3 Objetivos Específicos do Curso

- Contribuir para a formação de profissionais versados em língua materna que sejam conscientes de seu papel como agentes de transformação social, por meio do exercício *com e sobre* a linguagem;
- Oferecer ao longo da formação conhecimentos linguísticos e literários, bem como um conjunto de habilidades e competências para o exercício da prática pedagógica;



- Proporcionar a reflexão crítica sobre a realidade do ensino fundamental e médio, fundamentada em uma visão histórica, social, filosófica, política, cultural e econômica;
- Fornecer estratégias que possibilitem o crescimento cultural discente, viabilizando a solução de questões relacionadas à linguagem oral e escrita;
- Fornecer parâmetros para estabelecer relações entre a formação oferecida no curso, necessidades e desafios da linguagem nas suas múltiplas diversidades;
- Oportunizar o domínio discente de conhecimentos de forma a ampliar sua visão interdisciplinar;
- Possibilitar ao aluno de Letras domínio dos conteúdos linguísticos e literários que lhe permitam falar e escrever corretamente no idioma prático;
- Refletir criticamente sobre a realidade dos Ensinos Fundamental e Médio abalizados numa visão histórica e cultural;
- Elaborar propostas metodológicas que viabilizam a socialização dos conteúdos na área de LETRAS, de forma a assegurar a eficácia do processo ensino e aprendizagem;
- Desenvolver a capacidade intelectual do licenciado, de modo que se torne capaz de realizar suas atividades, não só na docência, mas também na pesquisa, elaborando e executando projetos que redundam no enriquecimento cultural de seu meio; assim como exercer atividades diversas.

2.2.4 Perfil profissional do egresso

O **Licenciado em Letras – Língua Portuguesa** é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos ao Ensino da Língua Portuguesa. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre estrutura e funcionamento da Língua Portuguesa e suas literaturas, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento em Língua Portuguesa em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora, analisa e revisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem. Pode ainda exercer a função de tradutor, revisor e consultor em instituições de pesquisas de serviços públicos, em empresas de turismo, de jornalismo, em órgão de difusão cultural e artística; em agência de



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



publicidade, em representações diplomáticas e em editoras. Realiza ainda pesquisas em Ensino da Língua Portuguesa e suas literaturas, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, na docência prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico (MEC, 2010).



CAPÍTULO 3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Como todo Projeto Pedagógico, este se constitui num processo permanente de reflexão e discussão dos problemas e questões que o curso suscita para o Departamento, a Universidade e a Sociedade, pois é imprescindível tal conjugação de forças para a construção de propostas e metas condizentes com a formação do profissional desejada para os que nele ingressarem. Desse modo, o curso, inspirado na proposta feita pela UNESCO no relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, intitulado “Educação: um tesouro a descobrir”, procura, através do Projeto Pedagógico, elaborado com a participação da Diretora do Curso de Letras, chefe de departamento, direção e docentes da UEMA-Campus Santa Inês, representar um compromisso sociocultural com a sociedade regional em consonância com todos os condicionamentos burocráticos e políticos, com a finalidade de possibilitar ao estudante da região do Baixo Pindaré: aprender a conhecer; - aprender a conviver; - aprender a fazer e aprender a ser.

Assim, a educação requerida pela UEMA-Campus Santa Inês há de ser pautada nos princípios pedagógicos, da elevada humanidade, da autoestima, da solidariedade e do compromisso, da alegria de aprender, formando cidadãos capazes de auto deduzir-se e de lutar em defesa da democracia. Desse modo, confirma-se o compromisso com uma educação que ofereça as condições necessárias ao desenvolvimento do cidadão consciente, crítico, autônomo, participativo, solidário e com capacidade de intervenção nos processos sociais com os quais se deparar.

3.1 Concepção pedagógica

As inovações na sociedade evoluem rapidamente, nenhum conhecimento é o bastante e suficiente por toda a vida, o que exige atualização dos saberes e uma educação que transmita saberes de forma eficaz, que adapte seus alunos à civilização, pois esses são as bases para a construção de um futuro promissor. De acordo com Delors (2000), a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser*.

Aprender a conhecer é um tipo de aprendizagem que visa adquirir os instrumentos da compreensão. Aprender para conhecer pressupõe aprender a aprender, praticando a



memória e o pensamento. Desde a infância, a criança inicia seu aprendizado, ao prestar atenção às coisas e às pessoas ao seu redor, ou seja:

O processo de aprendizagem do conhecimento jamais está acabado, podendo se desenvolver com qualquer experiência. A educação primária pode ser considerada bem-sucedida se conseguir transmitir às pessoas o impulso e as bases que façam com que continuem a aprender ao longo de toda a vida, no trabalho, mas também fora dele (DELORS, 2000, p. 92-93).

Aprender a fazer visa não somente adquirir uma qualificação profissional, mas competências que tornem a pessoa capaz de superar diversas situações e a trabalhar em equipe. De forma que seja apta para colocar em prática o aprendizado adquirido, adaptando-o para atender às demandas de sua prática profissional, tendo em vista que está inserida em uma sociedade em constante evolução.

Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros, em uma sociedade tão diversa quanto a nossa, em um cenário cada vez mais polarizado, é um dos maiores desafios da educação contemporânea. Cenário que exige educar indivíduos que saibam viver e conviver com as diferenças, características agregadoras que impulsionam a uma convivência harmônica entre os mais diferentes indivíduos, e configura-se como aspecto fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

3.2. Filosofia Educativa do Curso

A Filosofia da Universidade investe no processo formativo, vinculado ao humanismo, devendo implementá-lo através de programas, projetos e práticas coletivas que envolvam docentes e discentes, pois na verdade todos se educam em ação dinâmica e crítica na humanidade. Conseqüentemente, este processo de formação humana reveste-se de um caráter que se desdobra em instruir e formar o cidadão.

O Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e suas Literaturas tem como filosofia a busca por uma educação integral com vistas à totalidade do ser humano; educação para a democracia, formando assim cidadãos conscientes e atuantes; educação para o desenvolvimento regional e preparação de mão-de-obra qualificada através da pesquisa e da extensão.

Centrados na essência do saber conhecer, conviver, fazer e ser, convém reiterar que não se trata de transmissão de saber, num repasse mecânico, mas sim de saber como extrato, criação do novo, estímulo à originalidade; enfim, o ato pedagógico, no qual as

gerações mais jovens, como método e como práxis humanas solidificam a transformação do mundo. A partir desses princípios, planejam-se a organização institucional para o alcance dos objetivos previstos pela atuação do Estado de forma generalizada.

3.2.1. Referenciais Epistemológicos e Técnicos

Considerando a filosofia educativa que o norteia, o Projeto Pedagógico do Curso de Letras da UEMA - CAMPUS SANTA INÊS – preocupa-se em ter o conhecimento (teoria), tornando-o ferramenta operacional (prática) de transformações subjetivas e objetivas, individuais ou coletivas da realidade circundante e, norteia-se pelos seguintes segmentos:

3.2.1.1. Fundamentos Ético-Políticos

A formação de atitudes e valores, passando às atividades de ensino adquire peso substancial, uma vez que se entende que, no silenciar sobre os valores a serem cultivados pela sociedade, enfatizam-se valores dominantes e opressores. Assim, os princípios ético-políticos deste Projeto Pedagógico não buscam inculcar crenças ou doutrinações políticas, mas propiciar aos acadêmicos conhecimentos, estratégias e procedimentos para pensar sobre valores, critérios, modos de decidir e agir em coletivo e de forma cidadã.

Não se quer com isso negar princípios universais, mas buscar, por meio de ações dialéticas, desenvolver comportamentos éticos capazes de discernir atitudes individuais e coletivas, contextualizá-las conforme a cultura local, com a finalidade de constituir uma identidade social e pessoal. À guisa de esclarecimento, propõe-se ideais de solidariedade para combater efeitos das desigualdades sociais; liberdade de expressão e de fazer opções, aprendendo a conviver melhor com as diferenças individuais; respeito mútuo, ver em cada indivíduo a presença do universal e simultaneamente a do particular.

3.2.1.2. Fundamentos Epistemológicos

A dimensão epistemológica fundamenta-se no recorte teórico das áreas de abrangência do curso. Tais formas de conhecimento estarão em consonância com o princípio interacionista que visa à interlocução da teoria com a Prática do conhecimento racional com os saberes locais e regionais, do conhecimento individual com o papel, condicionando à

construção do mundo e do sujeito. Assim, o tipo de educação proposta pela UEMA - CAMPUS SANTA INÊS - está voltada para a autonomia na qual o estudante se torna sujeito de sua existência individual, coletiva e social.

Dessa forma, todas as mudanças propostas estão baseadas em conhecimento de várias áreas, o que possibilita ao estudante apropriar-se dos instrumentos de crítica do conhecimento universal acumulado, visto que ao ser criticado ele se torna relativo e, portanto, possível de crítica e de ser reconstruído a cada momento novo da história.

Para esse fim, baseou-se o ato educativo numa concepção de homem e de conhecimento que interage de forma real, significativa e dinâmica, exigindo assim, uma metodologia que privilegia a ação dialética; compreendendo-se que o conhecimento não é transferido ou depositado, mas constituído pelos sujeitos, em suas relações com os outros e com o mundo. Vale ressaltar, ainda, que na dimensão epistemológica, a dinamização do currículo abrange dois princípios norteadores:

- a) **Unidade teoria/prática:** esse princípio contém uma implicação dinamizante, uma vez que as atividades de ensino/aprendizagem da UEMA - CAMPUS SANTA INÊS - são dirigidas ao público regional, constituído, em sua maioria, pelo autodidatismo profissional, sem muito preparo técnico, mas detentor de uma longa experiência. Assim, enquanto profissionais e alunos, eles receberão o conteúdo da ciência, ou seja, uma gama de conteúdos e informações que sofrerão um processo de assimilação e integralização renovadoras da experiência, dinamizando a ação profissional e as relações humanas no trabalho e na vida social.
- b) **Interdisciplinaridade:** o conjunto dos conteúdos disciplinares é ministrado como um todo, em que as ciências interagem, iluminando-se mutuamente.

3.2.1.3. Fundamentos Didático-Pedagógicos

A atividade pedagógica do curso de Letras está voltada para a melhor forma de atender as necessidades da vida acadêmica, em que o educador passa a refletir e agir, o que o faz perceber os problemas teórico-metodológicos da prática pedagógica em relação à sua intencionalidade educativa. Dessa forma o educador necessita enfatizar o processo dialético, para que o ensinar/aprender seja constantemente reconstruído.

Para garantir a compreensão da teoria pedagógica, a prática se faz na relação direta com o mundo do aluno. O que importa não é o treinamento, mas a compreensão dos saberes, uma vez que, com a globalização, os processos e métodos de transmissão do conhecimento vão sendo atualizados a cada dia. Assim, é necessário atentar para:

- O planejamento didático;
- A execução da ação planejada;
- O processo regular de avaliação;
- A missão do curso;
- Os conteúdos da aprendizagem;
- Os métodos de ensino;
- A interação professor-aluno;
- Os pressupostos da aprendizagem.

Ressalta-se que o professor não oferece modelos, mas dinamiza processos que modifiquem o seu conhecimento e o do aluno. A metodologia proposta situa-se na realidade do aluno. A integração é fator primordial ao processo de aprendizagem e ao exercício da cidadania.

A concepção metodológica, sintonizada com as tendências pedagógicas atuais, estimula a pesquisa, elucida dúvidas, elabora posturas, elabora iniciativas em sala de aula e fora dela, trabalha em grupo, propõe a formação de um aluno capaz de responder às exigências do mundo contemporâneo, tomar decisões e ser criativo, para isso a Universidade busca levar o aluno a uma abordagem do real com atividades intra e extraclasse para que ele seja capaz de compreender a matéria trabalhada.

3.3 Metodologia

A metodologia de ensino está embasada na aprendizagem significativa (Ausubel), o construtivismo (Piaget) e o sócio-histórico cultural (Vygotsky), em qualquer área pode ser primordial para que o professor desenvolva o seu trabalho de forma realmente produtiva.

O pressuposto é que se trabalhe de forma que os objetivos do curso sejam alcançados. Desta forma, tendo em vista a persecução dos objetivos estabelecidos e o seguimento das diretrizes indicadas, esboçamos as seguintes estratégias de ação para o curso, cujas instâncias devem estar abertas a propostas da comunidade interna e externa. As

propostas devem ser discutidas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), aprovadas pelo Colegiado de Curso e homologadas pelo Conselho de Centro.

1. . Traçar as diretrizes com o Colegiado de Curso, que interage com o corpo discente e docente do curso, em uma gestão democrática e participativa das atividades desenvolvidas a partir das diretrizes definidas por este Projeto Pedagógico.

2. Criação e desenvolvimento de meios de comunicação efetivos dentro da comunidade interna, entre a comunidade interna e a sociedade em geral e vice-versa. Por exemplo, o curso deve ter um/uma:

- a) *Site* (local virtual) do curso na *Internet*, com ligações para outros *sites* relevantes, com atualização dinâmica, que reflita o dia a dia do curso e com vistas ao recebimento de mensagens externas;
- b) Revista do curso, de circulação interna e externa, com produções do docente e discente;
- c) Outros meios de comunicação provocadas internamente;
- d) Utilização de programas das emissoras locais de rádio e televisão para divulgação das produções do curso.

3. Realização de eventos que possibilitem o intercâmbio e a interação da comunidade interna com profissionais e personalidades em relevância, que sirvam de referência, ou seja, motivo de debate para a comunidade acadêmica, para o mercado ou para a sociedade em geral:

- a) Aula inaugural a ser realizada no início de cada semestre letivo;
- b) Encontros, debates e seminários fortuitos provocados interna ou externamente;

4. Realização de eventos que possibilitem à comunidade interna o acesso direto à sociedade em geral, à comunidade acadêmica ou ao mercado, *in loco* ou a partir do Campus:

- a) Visita à comunidade estudantil pré-universitária;
- b) Encontros, debates e seminários fortuitos provocados interna ou externamente.

5. Realização de eventos e atividades que possibilitem intercâmbio e a interação da comunidade acadêmica interna, dos *Campi* – discentes, docentes e administradores – entre si:

- a) Festas ou encontros culturais a serem realizados durante cada semestre;
- b) Reunião de acompanhamento do curso, a ser realizada mensalmente;
- c) Acompanhamento do rendimento acadêmico, a ser realizada a cada bimestre;
- d) Outros seminários, reuniões e festas provocados internamente.



6. Participação de representante do curso em congressos, encontro e seminários locais, regionais, nacionais, internacionais, que tenham relevância e pertinência e que sejam considerados de real interesse para o desenvolvimento do nível acadêmico do curso.
7. Criação e execução de Curso de Extensão que apoiem a atividade acadêmica ou que integrem a universidade com a sociedade cível;
8. Realização de curso de Pós-Graduação que capacite a comunidade local e regional;
9. Criação de parcerias com outras instituições de modo a facilitar intercâmbio científicos e culturais, visitas técnicas, palestras, debates, seminários, assim como a realização de estágio pelo corpo discente;
10. Criação de monitorias nas disciplinas em que os alunos demonstrem maior deficiência ou nas que a assistência deva ser mais necessária.

3.3.1 Métodos, técnicas e recursos de ensino, aprendizagem e de avaliação nos componentes curriculares

3.3.1.1 Avaliação do Ensino-Aprendizagem

A avaliação deve ser entendida como um meio e não como um fim, ou seja, um meio capaz de auxiliar o educador durante o ato pedagógico, incentivando-o no avanço e na superação das dificuldades. Ela deve se configurar em um processo que envolve o desenvolvimento individual e coletivo, a participação, a iniciativa, o conhecimento e domínio de conteúdos, além das atitudes e habilidades de interação social. Nessa perspectiva, passa-se a entender que, de fato:

autoavaliação para o aluno, instrumento de diagnóstico para o professor e constatação da trajetória do processo educativo da Faculdade, para definir com objetividade a racionalidade deste mesmo processo de trabalho com vista a uma produtividade que se deseja alcançar em termos de uma certa produtividade” (LORENZINI, 1992, p. 17-25).

Outrossim, seguindo o que preconiza as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras - CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, a avaliação deve constituir processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, pautando-se:

- Pela coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras;
- Pela avaliação das atividades acadêmicas por colegiados competentes;
- Pela orientação acadêmica individualizada;



- Pela adoção de instrumentos variados de avaliação interna;
- Pela disposição permanente de participar de avaliação externa.

Entendemos que a avaliação faz parte de um processo dinâmico, por isso é também dinâmica, pois questiona todo o modo de pensar e agir, a consciência, as práticas cotidianas, a prática pedagógica e, também, a social.

As ações avaliativas dão ao mesmo tempo, movimento e força propulsora ao processo, uma vez que nesse processo deve ocorrer ação-reflexão-ação, ato que deve ser realizado pelo professor e pelo aluno no decorrer do semestre, não só em sua singularidade, mas especialmente, sob a ótica das interações ocorridas durante o mesmo (autoavaliação ou *feedback*).

A avaliação é dinâmica se o professor promover situações e/ou tarefas que, por meio do diagnóstico e da discussão, se processo a análise crítica sobre a real condição de cada aluno, como também, a do professor. Deve ser realizada de forma participativa, desde a elaboração dos critérios até a expressão dos resultados.

No curso de Letras, pretende-se que o professor discuta sua proposta de trabalho com os alunos, que deixe claro que os resultados da avaliação vão depender do desempenho ao longo de todos os momentos do processo, e que todos os elementos, inclusive o professor, o curso e a Instituição estão sujeitos a mesma.

Num processo participativo de avaliação, o professor faz o registro do desempenho do aluno, constata as lacunas para a partir dos índices, propor atividades alternativas visando à retomada dos assuntos e melhorar as condições anteriormente apresentadas. Assim, na dinamicidade do processo, o professor vai obtendo dados provisórios sobre o estágio de desenvolvimento do aluno.

A avaliação participativa exige que o professor tenha habilidades de relacionamento interpessoal, uma vez que se enfatiza o trabalho coletivo. A avaliação será eficaz se cumprir com a sua função pedagógica de auxiliar e melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Será eficiente se for realizada de forma sistemática e abrangente.

No que se refere à avaliação do aluno, atualmente, segue-se as determinações do Regimento dos Cursos de Graduação, por meio da frequência e aproveitamento. São aplicadas três avaliações, sendo os resultados expressos em notas de zero a dez, admitindo-se 0,5 (meio ponto), devendo a média final ser expressa com, no máximo, uma casa decimal.



As avaliações de aprendizagem adotadas pelos professores do Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do CESSIN/UEMA são diversificadas, envolvendo: avaliação individual, seminários, trabalhos individuais e em grupos, pesquisas, resenhas, artigos acadêmico-científicos, fóruns, oficinas, relatos de visitas técnicas, projetos de pesquisa, pedagógicos, dentre outras.

É considerado aprovado por média, em cada disciplina, o aluno cuja média aritmética das três notas correspondentes às avaliações, for igual ou superior a sete e que alcançar a frequência igual ou superior a 75%. O aluno que obtiver média de aproveitamento igual ou superior a cinco e inferior a sete e que tenha comparecido, no mínimo, a 75% das atividades acadêmicas, será submetido à avaliação final que envolverá todo o programa da disciplina, realizada após o encerramento do período letivo, como previsto no Regimento dos cursos de Graduação, aprovado pela Resolução CEPE/UEMA n° 1.477/2021.

Entende-se, portanto, por avaliação um processo contínuo de geração de informações que norteiem as ações pedagógicas e a gestão acadêmica, visando o crescimento qualitativo dos alunos e do curso como um todo.

3.3.2 Organização e funcionamento do Curso

Tabela 02 - Regime de Integralização Curricular

Prazo para Integralização Curricular	Mínimo	Máximo
	8 semestres 4 anos	12 semestres 6 anos
Regime	Semestral	
Dias anuais úteis	200	
Dias úteis semanais	6 (segunda a sábado)	
Semanas semestrais	18	
Matrículas semestrais / ano	02	
Semanas de provas semestrais	03	
Horário de Funcionamento	Noturno - Segunda a sexta: 18:30h às 21:00h Sábado: 7:30h às 11:30h	
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Modalidades	Monografia ou Proposta Pedagógica	
Total de créditos do Currículo do Curso	183	
○ Créditos de Aulas teóricas	160	
○ Créditos de Aulas práticas	23	
Hora-aula (min)	50 minutos	
Carga horária Total do currículo do Curso	3.435h	
Hora-aula do currículo do Curso	4.122 h/a	
Carga horária acima do mínimo estabelecido para as Licenciaturas da Uema (3.255h – Art. 3º § 2º da Resolução nº 1264/2017 - CEPE/UEMA)	5,5%	

Percentual na modalidade a distância	Não se aplica	
	Carga horária	Percentual
Núcleo Comum	720h	20,96%
Núcleo Específico	2.370h	68,99%
Sub Total	3.090	89,95%
Núcleo Livre	120h	3,49%
	Carga horária	Percentual
ATP	225h	6,55%
Estágio Curricular Supervisionado (obrigatório)	405h	11,79%
Prática	405h	11,79%

Fonte: NDE Curso de Letras, 2022.

Tabela 03 - Demonstrativo de conversão de carga horária em horas-aula no Curso

Categoria	A Carga horária por componente em horas	B Carga horária por componente em minutos	C Quant. horas/aula por componente	D Quant. de horários por componente, por semana	E Quant. de min. de aula por componente, por semana	F Quant. de componente	G Carga horária total	H Horas- aula total
Convenção	(h)	(min)	(h/a)	horários/s	(min/a/s)	(cc)	(h)	(h/a)
Base de cálculo	PPC	$B = A \times 60$ min	$C = B : 50$ min	$D = C : 18$ sem	$E = D \times 50$ min	PPC	$G = A$ $\times F$	$H = C$ $\times F$
Disciplinas e Estágio	60	3.600	72	4	200	40	2.400	2.880
	90	5.400	108	6	300	1	90	108
	135	8.100	162	9	450	4	540	648
	180	10.800	216	12	600	1	180	216
ATP	225	13.500	270	-	-	1	225	270
Total						47	3.435	4.122

Fonte: NDE Curso de Letras, 2022.

3.3.3.1 Estágio Supervisionado

A relação teoria e prática social tal como expressa o Art. 1º, § 2º da LDB bem como o Art. 3º, XI, sob o conceito de prática no Parecer CNE/CP 09/01, o Estágio Curricular Supervisionado é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino-aprendizagem que se tornará concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário.

Segundo a Resolução CEPE/UEMA nº 1477/2021 que estabelece o Regimento dos Cursos de Graduação da UEMA, Título II – Do Ensino de Graduação, Seção VII, art.58 o Estágio Curricular é ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho produtivo para estudantes regularmente matriculados e será regido por regulamento aprovado pelo Colegiado, como parte do projeto pedagógico do curso, devendo conter normas de operacionalização, formas de avaliação e tipos de atividades a serem aceitas. Conforme segue:

§ 1º O estágio pode ser obrigatório, supervisionado por docente da universidade, e não obrigatório supervisionado por técnico da instituição campo de estágio,



conforme determina a legislação vigente e contida nos projetos pedagógicos de cada curso.

§ 2º O estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 3º O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 4º O estágio de vivência teórico-prática exercida pelo estudante para fins de integralização curricular é coordenado pelos cursos e acompanhado pelo professor orientador, podendo ser desenvolvido em instituições jurídicas de direito público ou privado, ou em escolas da comunidade reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação.

§ 5º O estágio de que trata o caput deste artigo será objeto de instrumento jurídico apropriado, firmado pela entidade concedente do estágio e pela Uema, na forma legal.

Art. 68 O diretor do curso fará pré-inscrição do estágio obrigatório supervisionado, a ser realizado no período subsequente, cadastrando os dados necessários dos estudantes para o seguro de acidentes pessoais, exigido pela legislação em vigor, encaminhando-os à PROG para análise, com vistas à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD para as providências legais.

Art. 69 A carga horária de estágio curricular obrigatório dos cursos de licenciatura obedecerá às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada e às Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura da Uema.

Art. 71 A articulação teoria-prática nos cursos de licenciatura será realizada sob as formas de Prática (405 horas com 9 créditos) e Estágio Curricular Obrigatório (405 horas com 9 créditos) a serem vivenciados ao longo do curso.

Art. 73 A orientação e o acompanhamento do estágio obrigatório supervisionado serão desenvolvidos por um professor-orientador da Uema, e por profissional da instituição campo de estágio, denominado supervisor técnico. Parágrafo único. O professor-orientador de estágio das licenciaturas deverá ser obrigatoriamente um professor licenciado do quadro efetivo da Uema.

Art. 79 A avaliação do estágio curricular deverá ser sistemática e contínua, utilizando diferentes instrumentos e formas, e compreende:

- I. apuração da frequência ou atividades previstas no plano de estágio;
 - II. determinação da nota obtida pelo estudante em relatório e outras atividades, cuja avaliação estará vinculada a aspectos qualitativos e quantitativos do estágio.
- parágrafo único. O estágio curricular não dará direito a exame final, devendo o estudante reprovado fazer novo estágio.

Art. 80 Em nenhuma hipótese o estudante será liberado da realização das atividades de estágio obrigatório.

O Estágio nos Cursos de Licenciatura da UEMA segue ainda a Resolução CEPE/UEMA nº1.264/2017, organizado de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2/2015. A UEMA institui que 405 horas sejam dedicadas ao Estágio Curricular Supervisionado.

Em atendimento à Resolução CEPE/UEMA nº 1.264/2017, art.8º, o Estágio Curricular Supervisionado, no Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas do CESSIN, será realizado mediante regência de classe e intervenção sistematizada em situações que se apresentam no campo de estágio, conforme a seguinte distribuição de carga horária:



- 135h - Estágio curricular supervisionado nos anos finais do ensino fundamental;
- 180h - Estágio curricular supervisionado no ensino médio e;
- 90h - Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar

As orientações iniciarão na sala de aula do curso do estagiário para informações gerais das atividades, previamente planejadas pelos professores e coordenador de estágio.

As fases do Estágio Curricular Supervisionado nos Ensinos Fundamental (Etapa I) e Médio (Etapa II), ainda segundo a Dimensão Prática nos Cursos de Licenciatura (2011), da mesma forma que a Prática, dar-se-ão em 45 (quarenta e cinco) horas para orientação teórico-metodológico em classe, sendo o restante das horas distribuídas nas demais etapas, como apresenta o quadro que segue:

Tabela 04 - Fases do Estágio Curricular Supervisionado

ETAPAS	Orientação e exercício teórico metodológico	Vivência escolar	Elaboração do relatório final	Apresentação do relatório final	TOTAL
I	45h	20h	15h	10h	90h
II	45h	105h	20h	10h	180h
III	45h	60h	20h	10h	135h
TOTAL	135h	185h	55h	30h	405h



Atividades didáticas na vivência escolar	Horas I	Horas II	Horas III
1. Observação e participação em classe		20h	15h
2. Estudo e planejamento durante todo o estágio		25h	15h
3. Atividades de pesquisa com estudantes: intervenção da proposta, feiras, eventos etc.		30h	15h
4. Regência de classe		30h	15h
TOTAL		105	60h

Ressalta-se que a fase de regência no Ensino Fundamental será aplicada no turno diurno. Adverte-se, ainda, que de acordo com o do Art. 9, da Resolução 1264/2017-CEPE/UEMA e em consonância com a organização técnico-pedagógica da UEMA (2011), o acadêmico que comprove atividade docente regular na Educação Básica, poderá ter a redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado de 180 (cento e oitenta) horas equivalente a 04 (quatro) créditos, podendo ser dividido dois créditos por período. (Tabela abaixo).



Tabela 05 - Fases do Estágio Curricular Supervisionado reduzido

FASES/ HORAS A CUMPRIR				
Carga Horária	Orientação e exercício teórico-metodológico	Vivência escolar	Elaboração e apresentação do relatório final	TOTAL
Redução de 45h	20h	60h	10h	90h
Redução de 90h	10h	30h	5h	45



Atividades didáticas na vivência escolar	Hora com redução de 45 horas	Hora com redução de 90 horas
1. Observação e participação em classe	10h	5h
2. Estudo e planejamento durante todo o estágio	10h	5h
3. Atividades de pesquisa com estudantes: intervenção da proposta, feiras, eventos etc.	20h	10h
4. Regência de classe	20h	10h
TOTAL	60h	30h

Com efeito, pode-se dizer que o Estágio Curricular Supervisionado pretende oferecer ao futuro licenciado um conhecimento real do seu objeto de ensino, língua materna, no futuro ambiente de trabalho. É também um momento para oral verificar e provar a realização das competências exigidas na prática profissional e exigível dos formandos, especialmente quanto à regência.

Ao término do Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico deverá apresentar (de forma escrita e oral), um relatório abordando todas as atividades desenvolvidas no decorrer de estágio, que será avaliado pelo professor/orientador para obtenção de nota.

3.3.3.2 Atividades teórico-práticas (ATP)

Para cumprimento deste componente curricular o aluno deve efetuar matrícula no período estabelecido no calendário acadêmico e entregar as comprovações das atividades para conversão na secretaria do curso. A direção do curso realizará a conversão e mediante ao alcance de 225h, fará o registro no sistema. Para tanto, deve ser observado o que preconiza a RESOLUÇÃO Nº 1264/2017-CEPE/UEMA, segundo a qual:

Art. 10. O componente curricular Atividades Teórico-Práticas (ATP) de aprofundamento em áreas específicas nos cursos de licenciatura da UEMA deverá enriquecer o processo formativo do estudante como um todo.

§ 11 As atividades teórico-práticas de aprofundamento, na UEMA, têm carga horária total de 225 horas e corresponde a cinco créditos de 45 horas cada.

§ 20 O aluno deverá formalizar requerimento com documentação comprobatória das ATP junto à Secretaria do curso, para avaliação e parecer do colegiado e consequente registro no SigUEMA pela direção do curso.

§ 31 Para cumprir a carga horária das atividades teórico-práticas, estabelecidas no currículo do curso, serão aceitas atividades realizadas no âmbito da UEMA e de outras instituições legalmente reconhecidas.



Art. 11. A universidade deverá incentivar, orientar e aproveitar a participação do estudante em atividades de ensino e iniciação à docência, de iniciação à pesquisa e de extensão.

Art. 12. As atividades teórico-práticas são componentes obrigatórios do currículo dos cursos de licenciatura e constituem-se como requisito indispensável para a conclusão do curso.

Art. 13. A contabilização da carga horária total de 225 horas deverá ser composta a partir dos quatro grupos de atividades.

a) grupo I - Atividades de Ensino e Iniciação à Docência;

b) grupo II - Atividades de Iniciação à Pesquisa;

c) grupo III - Atividades de Extensão;

d) grupo IV - Atividades de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

§ 10 As informações de orientação aos estudantes são de responsabilidade do diretor do curso que, no início do semestre letivo, deverá informar aos estudantes o período para encaminhar seus documentos comprobatórios das ATP.

§ 20 O período estabelecido para os estudantes encaminharem suas ATP deve ter a primeira contagem da carga horária no quarto, a segunda no sexto e a última no oitavo período.

§ 31 Os critérios estabelecidos para a contabilização da carga horária das Atividades Teórico-Práticas (ATP) constam no Apêndice B desta Resolução.

3.3.3.3 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Os trabalhos de Conclusão de Curso seguem o que preconiza o Regimento dos Cursos de Graduação da UEMA, estabelecido pela Resolução 1477/2021 – CEPE/UEMA, que apresenta as diretrizes a serem seguida na realização dos TCC no curso.

Seção VIII

Do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 91 A elaboração de um trabalho científico, denominado TCC, Trabalho de Conclusão de Curso, para efeito de registro o Histórico Acadêmico, é condição indispensável para a conclusão de curso de graduação.

Art. 92 O TCC será de autoria de estudantes, em consonância com as competências e habilidades específicas dos egressos dos cursos, poderá constituir-se de:

I. proposta de ação pedagógica, com fundamentação em paradigma educacional;

II. proposta tecnológica, com base em projeto de pesquisa científica;

III. projeto metodológico integrado;

IV. projeto de invenção no campo da engenharia;

V. produção de novas tecnologias;

VI. programas de computação de alta resolução;

VII. monografia, com base em projeto de pesquisa científica e/ou tecnológica;

VIII. artigo científico, com base em projeto de pesquisa científica e/ou tecnológica, extensão ou estudo de caso;

IX. Relatos de experiências de extensão.

§ 1º A definição do tipo de TCC adotado no curso, dentre os trabalhos elencados neste artigo, é de responsabilidade do NDE, conforme artigo 37 deste Regimento.

§ 2º Os trabalhos indicados nos incisos VII e VIII são de autoria de um único estudante, os demais poderão ser produzidos em coautoria, limitado a três estudantes, no máximo.

§ 3º O TCC deverá observar as exigências das normas da ABNT e institucional.

Art. 93 A inscrição no componente curricular TCC somente poderá ser realizada desde que:

I. O estudante não esteja em débito com as disciplinas do currículo objeto de seu trabalho, observado o prazo máximo de integralização curricular, indicado no PPC.



II. A requisição do projeto de trabalho seja feita na Direção de Curso no semestre anterior à realização do TCC, respeitado o trâmite de orientação e homologação pelo Colegiado de Curso.

III. O projeto de TCC tenha sido entregue, no período estabelecido pela Direção de Curso, para submissão e avaliação a critério do Colegiado de Curso e consequente homologação do parecer do avaliador.

Art. 94 Cada trabalho será desenvolvido sob a orientação de um professor entre aqueles da área de conhecimento afim com o objeto do trabalho.

§ 1º A orientação acadêmica dos estudantes com necessidades educacionais especiais deverá ser feita com o apoio e de acordo com as recomendações do Núcleo de Acessibilidade (NAU) da Uema.

§ 2º A Assembleia Departamental ou o Colegiado de Curso, na inexistência de Departamento, quando da distribuição de carga horária dos professores, estabelecer um percentual para os professores que orientarão TCC, respeitando o limite dos seus regimes de trabalho, sem prejuízo de outras atividades.

§ 3º Cada professor poderá orientar até 5 (cinco) TCC por semestre.

§ 4º Poderão orientar TCC os professores não pertencentes ao quadro da Uema, desde que haja afinidade entre a especialidade do orientador e o tema proposto, e seja comprovada a sua condição de professor universitário por declaração atualizada da IES de origem, ficando as despesas advindas dessa orientação sob a responsabilidade do estudante.

§ 5º O documento de que trata o parágrafo anterior deverá ser entregue à Direção de Curso junto com o projeto de TCC.

§ 6º Pode haver mudança de orientador, a pedido do estudante, e interrupção da orientação pelo professor, desde que justificadas por escrito à Direção de Curso.

Art. 95 O TCC deverá ser elaborado em duas fases, com datas propostas pela Direção de Curso e homologadas pelo Colegiado de Curso.

§ 1º Na primeira fase, o estudante apresentará, na data designada, um projeto de TCC, devidamente assinado pelo professor orientador, que deverá ser homologado pelo Colegiado de Curso.

§ 2º Na segunda fase, o estudante desenvolverá seu projeto de TCC.

§ 3º O TCC, já comprovado a inexistência de plágio pelo orientador, por meio de leitor específico, será enviado pelo estudante, por e-mail, em programa editável e em formato .pdf, à Direção de Curso, que encaminhará aos professores que comporão a Banca Examinadora, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de defesa designada.

§ 4º A Banca Examinadora será composta por 3 (três) professores, sendo presidente o professor orientador, 2 (dois) professores membros e mais 2 (dois) professores suplentes; sendo que todos deverão ser indicados pelo Colegiado de Curso.

§ 5º Na falta ou impedimento do professor orientador ou membro da banca, devidamente justificada, poderá ser designada, pela Direção de Curso, a substituição do membro ausente por um dos suplentes da banca, ou ainda, no caso da falta do orientador, determinar nova data para defesa do trabalho, que não poderá exceder de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 96 Será automaticamente reprovado o TCC sob acusação de plágio.

§ 1º Considera-se plágio a apropriação ou cópia de um trabalho de natureza intelectual sem a autorização do autor ou sem citação da verdadeira origem.

§ 2º Será atribuída nota zero ao TCC sob acusação de plágio.

§ 3º Constatado o plágio pela Banca Examinadora, de acordo com critérios estabelecidos em norma específica, o estudante estará sujeito às penalidades previstas no inciso III, do artigo 208 deste Regimento.

§ 4º O ato será registrado em protocolo do Curso e anexado ao dossiê do estudante.

Art. 97 A defesa do trabalho consiste na exposição oral do conteúdo pelo estudante durante 30 (trinta) minutos, e terá 10 (dez) minutos para as respostas à arguição de cada componente da Banca Examinadora.

§ 1º As defesas de TCC poderão ser realizadas de forma presencial ou virtual.

§ 2º Em caso de defesa virtual, deverão ser seguidas as seguintes orientações:



I - É de responsabilidade da direção e da secretaria de curso o envio do TCC, bem como os formulários, em formato doc., referentes à ata, às fichas avaliativas da defesa oral e de apresentação escrita dos alunos, aos professores que comporão a banca examinadora, com antecedência mínima de 10 dias da data de defesa do TCC.

II - A defesa virtual do TCC deverá ser realizada por meio da Plataforma *Teams* ou outras plataformas digitais institucionais abertas a convidados externos:

a) A responsabilidade pelo contato, agendamento interação com os membros da banca será do orientador;

b) Os membros da banca deverão ser inseridos na plataforma como “participantes” do evento de defesa pelo orientador.

III – Para garantir que a defesa seja pública, o orientador deverá encaminhar o link de acesso para a secretaria até o dia anterior ao evento, e esta,

por sua vez, deverá divulgar o referido link na página do Curso;

IV - O presidente da banca deverá advertir aos presentes que a gravação do evento de defesa é permitida apenas ao aluno e ao orientador, sendo a gravação de caráter facultativo, acordado entre os participantes.

V - O presidente da banca deverá garantir a privacidade da discussão final e avaliação feita pelos membros da banca sobre o trabalho, abrindo e enviando à banca um novo link para esse momento, que não poderá ser gravado.

VI - O vídeo com a gravação deverá ser mantido arquivado na plataforma utilizada, no modo privado, e, por decisão entre aluno e orientador, enviado à secretaria do Curso.

VII - O presidente da banca deverá encaminhar os formulários referentes às atas e às fichas avaliativas do TCC à direção de cursos, devidamente preenchidos e com assinatura digital em formato PDF.

VIII - Caso haja necessidade de sigilo, para resguardar o direito de propriedade intelectual, a apresentação/defesa deve ser realizada de forma restrita à banca, orientador e aluno. Os membros da banca deverão assinar um termo de sigilo e confidencialidade.

IX - A gravação ficará restrita ao orientador e ao aluno.

§ 3º Da defesa resulta uma nota numérica, calculada pela média aritmética das notas de apresentação escrita e exposição oral, atribuídas por cada membro da banca, ocorrendo aprovação quando a média for igual ou superior a 7,0 (sete) ou reprovação do trabalho, em caso de nota inferior, registradas em ata, a ser arquivada na Direção de Curso e entregue uma cópia ao estudante.

§ 4º A Banca Examinadora apresentará, por escrito, as observações relativas à avaliação do TCC, a fim de que o estudante proceda as alterações indicadas.

§ 5º Após a avaliação da Banca Examinadora, fica o estudante com prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para entregar a versão definitiva, em formato .pdf, assinada pelos membros da Banca, à Direção de Curso, sob pena de invalidação de nota atribuída ao trabalho.

Art. 98 A versão definitiva será encaminhada pela Direção de Curso à Biblioteca Central, com termo de autorização do estudante para compor a Repositório Institucional.

Parágrafo único. A Direção de Curso manterá um banco de dados com informações básicas sobre todos os TCC já defendidos e aprovados, devendo conter: autor, título e área temática do trabalho; nome e titulação do professor orientador; data em que se realizou a defesa; número de catálogo na Biblioteca Uema; e membros da Banca Examinadora

No curso Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do *campus* de Santa Inês, como requisito indispensável para a graduação, o acadêmico deve elaborar uma pesquisa científica, em consonância com as competências e habilidades específicas dos egressos do curso, através da qual investigue as condições do

exercício da profissão, questionando, analisando, comparando e teorizando sobre as práticas pedagógicas e os fenômenos relacionados à linguagem, à luz da ciência e da realidade na qual se insere.

A pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser de autoria do estudante, seguir o que preconiza o Regimento dos Cursos de Graduação da UEMA, estabelecido pela Resolução 1477/2021 – CEPE/UEMA, assim como as Normas do Manual de TCC do curso de Letras campus Santa Inês, e poderá constituir-se em:

- I. proposta de ação pedagógica, com fundamentação em paradigma educacional;
- II. monografia, com base em projeto de pesquisa científica e/ou tecnológica.

3.3.3.4 Práticas Curriculares

De acordo com o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, através da Resolução N° 2/2015 que trata das 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular distribuídas ao longo do processo formativo e, considerando as Normas gerais de graduação da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e o Projeto Pedagógico do Curso de Letras, a Prática é o próprio modo como as coisas vão sendo feitas cujo conteúdo é atravessado por uma teoria. Assim a realidade é um movimento constituído pela prática e pela teoria como momentos de um dever mais amplo, consistindo em A Prática como Componente Curricular ao transcender a sala de aula, o conjunto do ambiente da escola e a própria educação escolar, pode envolver-se com órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino, agências educacionais não escolares, entidades de representação profissional, famílias e comunidade. No Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e suas Literaturas conta-se com três Práticas Curriculares distribuídas ao longo da Estrutura Curricular: Prática Curricular na Dimensão Político-Social, Prática Curricular na Dimensão Educacional, Prática Curricular na Dimensão Escolar.

Tabela 06 - Fases das Práticas Curriculares

ETAPAS	ORIENTAÇÃO DO EXERCÍCIO TEÓRICO METODOLÓGICO	VIVÊNCIA ESCOLAR	ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL	APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL	TOTAL
I	45h	60h	20h	10h	135h
II	45h	60h	20h	20h	135h
III	45	60h	20h	20h	135h



TOTAL	135h	180h	60h	40h	405H
-------	------	------	-----	-----	------



ATIVIDADES DIDÁTICAS NA VIVÊNCIA ESCOLAR	HORAS I, II E II
1.Observação e participação em classe	15h
2.Estudo e planejamento durante todo o estágio	15h
3.Atividades de pesquisa com estudantes: intervenção da proposta, feiras, eventos etc.	15h
4.Regência de classe	15h
TOTAL	60h

3.4 Organização dos conteúdos curriculares

A Estrutura Curricular do Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas do *campus* de Santa Inês observa as orientações estabelecidas pela Resolução nº 2/2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Além disso, o curso de Letras Português está estruturado em sistemas de créditos, havendo associação entre aulas teóricas e práticas, seguidas de estágio curricular. Na organização da estrutura curricular, o paradigma tomado como referência inicial será o conjunto de competências que se quer que o professor constitua no Curso. Os conteúdos, organizados em matérias, deverão contemplar o que está expresso nos eixos que articulam dimensões que precisam ser contempladas na formação profissional docente e sinalizam o tipo de atividades de ensino e aprendizagem que materializam o planejamento e a ação desse agente de transformação social.

3.4.1 Conteúdos Curriculares

De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais (MEC, 2010), os temas abordados no curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa são: Estudo da linguagem e de suas variações; Língua Portuguesa; Filosofia da Linguagem; Produção e Revisão de Texto; Teoria Literária; Literatura Brasileira; Literaturas de Língua Portuguesa; Literaturas Estrangeiras Clássicas e Modernas; Crítica Literária; Probabilidade e Estatística; Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa; História, Filosofia e Sociologia da Educação; Metodologia e Prática de Ensino da Língua Portuguesa; Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas ao Ensino da Língua Portuguesa;



Psicologia da Educação; Legislação Educacional; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Pluralidade Cultural e Orientação Sexual; Ética e Meio Ambiente; Relações Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Condizente com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura (Resolução nº 1264/2017-CEPE/UEMA), as Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras (Resolução CNE/CES nº 18/2002) e os Referenciais Curriculares para os Cursos de Graduação (MEC/2010), este Curso organiza seus conteúdos conforme quadro abaixo:

Tabela 07 - Conteúdos Curriculares segundo as DCN, RCN

Eixos DCN	Conteúdos dos RCN	Conteúdos do Curso (disciplinas)
Estudos linguísticos e literários	Estudo da linguagem e de suas variações	Análise do Discurso; Sociolinguística; Fundamentos da Linguística; Linguística Aplicada; Teoria da Comunicação; Lusofonia
	Língua Portuguesa	Morfossintaxe da Língua Latina; Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa; Morfologia da Língua Portuguesa; Sintaxe da Língua Portuguesa; Semântica da Língua Portuguesa;
	Línguas Estrangeiras Clássicas e Modernas	Língua Estrangeira Instrumental; Filologia Românica
	Filosofia da Linguagem	Filosofia da Linguagem
	Produção e Revisão de Texto	Leitura e Produção Textual; Produções Acadêmico - Científicas
	Teoria Literária	Teoria Literária
	Literatura Brasileira	Literatura Brasileira das origens ao Arcadismo; Literatura Brasileira do Romantismo ao Realismo; Literatura Brasileira do Simbolismo ao Modernismo; Literatura Brasileira Tendências Contemporâneas; Literaturas Africanas de Língua Portuguesa; Literatura Infante juvenil; Literatura Maranhense
	Literaturas de Língua Portuguesa	Literatura Portuguesa das origens ao Realismo; Literatura Portuguesa do Simbolismo às Tendências Contemporâneas;
Práticas profissionalizantes	Literaturas Estrangeiras Clássicas e Modernas	Morfossintaxe da Língua Latina; Língua Estrangeira Instrumental; Filologia Românica.
	Crítica Literária	Correntes da crítica literária
	Probabilidade e Estatística	
	Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa	Didática; Planejamento e Organização da Ação Pedagógica Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa; Metodologia do ensino dos Letramentos;
	História	História da Literatura; História da Educação Brasileira
	Filosofia e Sociologia da Educação	Filosofia da Educação; Sociologia da Educação.
	Metodologia e Prática de Ensino da Língua Portuguesa	Prática Curricular na Dimensão Político-Social; Prática Curricular na Dimensão Educacional; Prática Curricular na Dimensão Escolar
Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas ao Ensino da Língua Portuguesa	Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Línguas; Educação à Distância	
Estudos complementares	Psicologia da Educação	Psicologia da Educação
	Legislação Educacional	Política Educacional Brasileira
	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
	Pluralidade Cultural e Orientação Sexual	Educação Especial e Inclusiva



	Ética e Meio Ambiente; Relações Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)	Cultura e Realidade Brasileira
Estágios		Estágio Curricular Supervisionado anos finais do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa; Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar; Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Médio – Língua Portuguesa
Seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais	-	Atividades Teórico-Práticas - ATP

Fonte: DCN: Parecer CNE/CES nº 1.363/2001; RCN: MEC, 2010; Comissão de Elaboração, 2022. Fonte: DCN X, RCN X, NDE Curso Letras, 2022

Conforme previsões nas próprias Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura, Resolução CNE/CP nº 2/2015, que visam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, o currículo do Curso Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do *campus* de Santa Inês traz disciplinas, conteúdos e/ou vivências que abordam as temáticas da Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Temas Relacionados à Pessoa com Deficiência e Disciplina de Libras.

Para tanto, esclarece as previsões dos conteúdos e suas respectivas temáticas nas legislações e a abordagem no Curso:

- Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena [Base legal – Lei nº9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004].

A Resolução CNE/CP nº 1/2004 informa as formas de inserção dos conhecimentos concernentes à Educação das Relações Étnico-Raciais e História e cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos cursos de graduação, conforme descrito abaixo:

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004. (Resolução CNE/CP nº 1/2004)

No Curso de Curso Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do *campus* de Santa Inês a temática é abordada da seguinte forma: Inclusão de atividades, interdisciplinares e ou transversais, referentes às relações étnico-raciais a partir dos conteúdos de disciplinas referentes às Literatura de Língua Portuguesa, Literaturas Africanas

de Língua Portuguesa, Práticas Curriculares etc. Estes conteúdos também serão desenvolvidos através de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no curso, além de serem foco de pesquisas para a elaboração do TCC.

- Educação Ambiental [Base legal – Decreto nº 4.281/2002 e CNE/CP Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012].

A legislação indica a obrigatoriedade de se desenvolver Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, destacando a interdisciplinaridade e transversalidade como metodologia para se desenvolver a Educação Ambiental. Contudo o art. 16 da Resolução CNE/CP Nº 2/2015 informa que:

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

- I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
- II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;
- III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares. Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos.

No Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do *campus* de Santa Inês, a temática é abordada através do desenvolvimento de atividades, interdisciplinares e ou transversais em diferentes disciplinas, como: Literaturas de Língua Portuguesa, Práticas Curriculares etc. Estes conteúdos também serão desenvolvidos através de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no curso, além de serem foco de pesquisas para a elaboração do TCC.

Educação em Direitos Humanos [(Base Legal – Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012) e ao Parecer CNE/CP 8/2012 os artigos 6 e 7 das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012)].

As referidas resoluções indicam que o tema pode ser desenvolvido das seguintes formas:

- I – pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
- II – como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
- III – de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

No Curso de Curso Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do *campus* de Santa Inês, a temática é abordada através do desenvolvimento de

atividades, interdisciplinares e ou transversais em diferentes disciplinas, como: Literaturas de Língua Portuguesa, História da Literatura, Práticas Curriculares etc. Estes conteúdos também serão desenvolvidos através de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no curso, além de serem foco de pesquisas para a elaboração do TCC.

- Temas relacionados à pessoa com deficiência.

Há de se ressaltar que existe a obrigatoriedade da “inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento” (Inciso XIV do art. 28 da Lei 13146, de 6 de julho de 2015).

No Curso de Curso Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do *campus* de Santa Inês, a temática é abordada através da Disciplina da Educação Especial e Inclusiva, desenvolvimento de atividades, interdisciplinares e ou transversais com a disciplina de Libras, projetos de pesquisa e extensão, pesquisas para a elaboração do TCC.

- Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

A oferta da Disciplina de LIBRAS é obrigatória para os cursos de Licenciaturas e Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005), sendo desenvolvida no Curso Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do *campus* de Santa Inês, no 6º período, conforme previsto na matriz curricular do curso.

3.4.2 Matriz Curricular

Tabela 08 - Matriz Curricular do Curso

	DISCIPLINA	CH
1.	Sociologia da Educação *	60
2.	Leitura e Produção Textual	60
3.	Morfossintaxe da Língua Latina	60
4.	História da Literatura	60
5.	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	60
6.	Filosofia da Educação *	60
7.	Psicologia da Educação *	60
8.	Teoria Literária	60



9.	Política Educacional Brasileira *	60
10.	Fundamentos da Linguística	60
11.	Morfologia da Língua Portuguesa	60
12.	Prática Curricular na Dimensão Político-Social	135
13.	Correntes da crítica literária	60
14.	Didática *	60
15.	Planejamento e Organização da Ação Pedagógica *	60
16.	Sociolinguística	60
17.	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	60
18.	Prática Curricular na Dimensão Educacional	135
19.	Filologia Românica	60
20.	Literatura Brasileira das origens ao Arcadismo	60
21.	Literatura Infanto juvenil	60
22.	Literatura Portuguesa das origens ao Realismo	60
23.	Avaliação Educacional e Escolar *	60
24.	Prática Curricular na Dimensão Escolar	135
25.	Sintaxe da Língua Portuguesa	60
26.	Literatura Portuguesa do Simbolismo às Tendências Contemporâneas	60
27.	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa *	60
28.	Literatura Brasileira do Romantismo ao Realismo	60
29.	Educação Especial e Inclusiva	60
30.	Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Línguas *	60
31.	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60
32.	Semântica da Língua Portuguesa	60
33.	Lusofonia	60
34.	Literatura Brasileira do Simbolismo ao Modernismo	60
35.	Metodologia do ensino dos Letramentos*	60
36.	Linguística Aplicada	60
37.	Literatura Brasileira Tendências Contemporâneas	60
38.	Estágio Curricular Supervisionado anos finais do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa	135
39.	Projeto de Pesquisa	60
40.	Análise do Discurso	60
41.	Gestão Educacional e Escolar *	60
42.	Optativa I	60
43.	Optativa II	60
44.	Literatura Maranhense	60
45.	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar	90
46.	Estágio Curricular Supervisionado Ensino Médio – Língua Portuguesa	180
47.	Atividades Teórico-Práticas - ATP	225



48.	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	-
Total		3435

Fonte: Comissão de Elaboração, 2022.

3.4.3 Áreas e Núcleos de formação

Tabela 09 - Componentes curriculares de Núcleo Específico, segundo a área/subárea

NÚCLEO ESPECÍFICO						
Ord.	ÁREA/SUBÁREA	DISCIPLINAS	CH	Créditos		TOTAL
				T	P	
1	Letras/ Língua Portuguesa	Morfossintaxe da Língua Latina	60	4	0	4
2	Letras/ Literatura	História da Literatura	60	4	0	4
3	Letras/ Língua Portuguesa	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	60	4	0	4
4	Letras/ Teoria Literária	Teoria Literária	60	4	0	4
5	Linguística/Teoria e Análise Linguística	Fundamentos da Linguística	60	4	0	4
6	Letras/ Língua Portuguesa	Morfologia da Língua Portuguesa	60	4	0	4
7	Letras/ Língua Portuguesa	Prática Curricular na Dimensão Político-Social	135	0	3	3
8	Letras/ Teoria Literária	Correntes da Crítica Literária	60	4	0	4
9	Linguística/ Sociolinguística	Sociolinguística	60	4	0	4
10	Linguística/Outras Literaturas Vernáculas	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	60	4	0	4
11	Letras/ Língua Portuguesa	Prática Curricular na Dimensão Educacional	135	0	3	3
12	Letras/ Língua Portuguesa	Filologia Românica	60	4	0	4
13	Letras /Literatura Brasileira	Literatura Brasileira das origens ao Arcadismo	60	4	0	4
14	Letras/ Outras Literaturas Vernáculas	Literatura Portuguesa das origens ao Realismo	60	4	0	4
15	Letras/ Língua Portuguesa	Prática Curricular na Dimensão Escolar	135	0	3	3
16	Letras/ Língua Portuguesa	Sintaxe da Língua Portuguesa	60	4	0	4
17	Letras/ Outras Literaturas Vernáculas	Literatura Portuguesa do Simbolismo às tendências Contemporâneas	60	4	0	4
18	Letras/ Língua Portuguesa	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa *	60	4	0	4
19	Letras /Literatura Brasileira	Literatura Brasileira do Romantismo ao Realismo	60	4	0	4
20	Letras/ Língua Portuguesa	Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Línguas*	60	4	0	4
21	Letras/ Análise Linguística	Semântica da Língua Portuguesa	60	4	0	4
22	Letras/ Língua Portuguesa	Lusofonia	60	4	0	4
23	Letras /Literatura Brasileira	Literatura Brasileira do Simbolismo ao Modernismo	60	4	0	4
24		Metodologia do ensino dos Letramentos *	60	4	0	4
25	Linguística/ Linguística Aplicada	Linguística Aplicada	60	4	0	4
26	Letras /Literatura Brasileira	Literatura Brasileira Tendências Contemporâneas	60	4	0	4
27	Letras/ Língua Portuguesa	Estágio Curricular Supervisionado anos finais do Ensino Fundamental – Língua	135	0	3	3



		Portuguesa				
28	Filosofia/Lógica	Projeto de Pesquisa	60	4	0	4
29		Análise do Discurso	60	4	0	4
30		Literatura Maranhense	60	4	0	4
31	Letras/ Língua Portuguesa	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar	90	0	2	2
32	Letras/ Língua Portuguesa	Estágio Curricular Supervisionado Ensino Médio – Língua Portuguesa	180	0	4	4
TOTAL			2370	104	18	122

Fonte: NDE Curso Letras, 2022.

Tabela 10 - Componentes curriculares de Núcleo Comum, segundo a área/subárea

NÚCLEO COMUM						
Ord.	ÁREA/SUBÁREA	DISCIPLINAS	CH	Créditos		TOTAL
				T	P	
1	Educação / Fundamentos da Educação	Sociologia da Educação *	60	4	0	4
2	Letras/ Língua Portuguesa	Leitura e Produção Textual	60	4	0	4
3	Educação / Fundamentos da Educação	Filosofia da Educação *	60	4	0	4
4	Educação / Fundamentos da Educação	Psicologia da Educação *	60	4	0	4
5	Educação / Tópicos Específicos da Educação	Política Educacional Brasileira *	60	4	0	4
6	Educação/ Ensino Aprendizagem	Didática*	60	4	0	4
7		Planejamento e Organização da Ação Pedagógica* *	60	4	0	4
8	Educação/ Planejamento e Avaliação Educacional	Avaliação Educacional e Escolar*	60	4	0	4
9	Letras/ Literatura Brasileira	Literatura Infanto-juvenil	60	4	0	4
10	Educação / Tópicos Específicos da Educação	Educação Especial e Inclusiva	60	4	0	4
11	Letras/Língua moderna	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60	4	0	4
12	Educação/Administração Educacional	Gestão Educacional e Escolar *	60	4	0	4
TOTAL			720	48	0	48

Fonte: NDE Curso Letras, 2022.

Tabela 11 - Componentes curriculares de Núcleo Livre, segundo a área/subárea

NÚCLEO LIVRE						
Ord.	ÁREA/SUBÁREA	DISCIPLINAS	CH	Créditos		TOTAL
				T	P	
1		Tópicos Emergentes em...	60	4	0	4
2	Educação/Fundamentos da Educação	História da Educação Brasileira	60	4	0	4



3		Teoria da Comunicação	60	4	0	4
4		Produções Acadêmico - Científicas	60	4	0	4
5		Educação à Distância	60	4	0	4
6		Filosofia da Linguagem	60	4	0	4
7		Cultura e Realidade Brasileira	60	4	0	4
8		Língua Estrangeira Instrumental	60	4	0	4
CARGA HORÁRIA TOTAL EXIGIDA PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR				120 h		

Fonte: NDE Curso Letras, 2022.

3.4.4 Estrutura Curricular periodizada

Tabela 12 - Estrutura Curricular

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA							
Ord.	Cód.	1º PERÍODO-DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		TOTAL
					Teóricos	Práticos	
1		Sociologia da Educação *	NC	60	4	0	4
2		Leitura e Produção Textual	NC	60	4	0	4
3		Morfossintaxe da Língua Latina	NE	60	4	0	4
4		História da Literatura	NE	60	4	0	4
5		Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	NE	60	4	0	4
6		Filosofia da Educação *	NC	60	4	0	4
SUBTOTAL				360	24	0	24
Ord.	Cód.	2º PERÍODO-DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		TOTAL
					Teóricos	Práticos	
1		Psicologia da Educação *	NC	60	4	0	4
2		Teoria Literária	NE	60	4	0	4
3		Política Educacional Brasileira *	NC	60	4	0	4
4		Fundamentos da Linguística	NE	60	4	0	4



5		Morfologia da Língua Portuguesa	NE	60	4	0	4
6		Prática Curricular na Dimensão Político-Social	NE	135	0	3	3
SUBTOTAL				435	20	3	23
Ord.	Cód.	3º PERÍODO-DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		TOTAL
					Teóricos	Práticos	
1		Correntes da crítica literária	NE	60	4	0	4
2		Didática *	NC	60	4	0	4
3		Planejamento e Organização da Ação Pedagógica *	NC	60	4	0	4
4		Sociolinguística	NE	60	4	0	4
5		Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	NE	60	4	0	4
6		Prática Curricular na Dimensão Educacional	NE	135	0	3	3
SUBTOTAL				435	20	3	23
Ord.	Cód.	4º PERÍODO-DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		TOTAL
					Teóricos	Práticos	
1		Filologia Românica	NE	60	4	0	4
2		Literatura Brasileira das origens ao Arcadismo	NE	60	4	0	4
3		Literatura Infanto juvenil	NC	60	4	0	4
4		Literatura Portuguesa das origens ao Realismo	NE	60	4	0	4
5		Avaliação Educacional e Escolar *	NC	60	4	0	4
6		Prática Curricular na Dimensão Escolar	NE	135	0	3	3
SUBTOTAL				435	20	3	23
Ord.	Cód.	5º PERÍODO-DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		TOTAL
					Teóricos	Práticos	
1		Sintaxe da Língua Portuguesa	NE	60	4	0	4



2		Literatura Portuguesa do Simbolismo às Tendências Contemporâneas	NE	60	4	0	4
3		Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa *	NE	60	4	0	4
4		Literatura Brasileira do Romantismo ao Realismo	NE	60	4	0	4
5		Educação Especial e Inclusiva	NC	60	4	0	4
6		Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Línguas *	NE	60	4	0	4
SUBTOTAL				360	24	0	24
Ord.	Cód.	6º PERÍODO-DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		TOTAL
					Teóricos	Práticos	
1		Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	NC	60	4	0	4
2		Semântica da Língua Portuguesa	NE	60	4	0	4
3		Lusofonia	NE	60	4	0	4
4		Literatura Brasileira do Simbolismo ao Modernismo	NE	60	4	0	4
5		Metodologia do ensino dos Letramentos	NE	60	4	0	4
6		Linguística Aplicada	NE	60	4	0	4
SUBTOTAL				360	24	0	24
Ord.	Cód.	7º PERÍODO-DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		TOTAL
					Teóricos	Práticos	
1		Literatura Brasileira Tendências Contemporâneas	NE	60	4	0	4
2		Estágio Curricular Supervisionado anos finais do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa	NE	135	0	3	3
3		Projeto de Pesquisa	NE	60	4	0	4
4		Análise do Discurso	NE	60	4	0	4



5		Gestão Educacional e Escolar *	NC	60	4	0	4
6		Optativa I	NL	60	4	0	4
SUBTOTAL				435	20	3	23
Ord.	Cód.	8º PERÍODO-DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		TOTAL
					Teóricos	Práticos	
1		Optativa II	NL	60	4	0	4
2		Literatura Maranhense	NE	60	4	0	4
		Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar	NE	90	0	2	2
3		Estágio Curricular Supervisionado Ensino Médio – Língua Portuguesa	NE	180	0	4	4
		Atividades Teórico-Práticas - ATP	-	225	0	5	5
		Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	-	-	-	-	-
SUBTOTAL				615	8	11	19
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO:					3.435		
TOTAL DE CRÉDITOS TEÓRICOS:					160		
TOTAL DE CRÉDITOS PRÁTICOS:					23		
TOTAL DE CRÉDITOS:					183		

* Disciplinas de Formação Pedagógica

NÚCLEO ESPECÍFICO						
Ord.	Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		TOTAL
				Teóricos	Práticos	
1		Morfossintaxe da Língua Latina	60	4	0	4
2		História da Literatura	60	4	0	4
3		Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	60	4	0	4
4		Teoria Literária	60	4	0	4
5		Fundamentos da Linguística	60	4	0	4
6		Morfologia da Língua Portuguesa	60	4	0	4
7		Prática Curricular na Dimensão Político-Social	135	0	3	3



8		Correntes da Crítica Literária	60	4	0	4
9		Sociolinguística	60	4	0	4
10		Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	60	4	0	4
11		Prática Curricular na Dimensão Educacional	135	0	3	3
12		Filologia Românica	60	4	0	4
13		Literatura Brasileira das origens ao Arcadismo	60	4	0	4
14		Literatura Portuguesa das origens ao Realismo	60	4	0	4
15		Prática Curricular na Dimensão Escolar	135	0	3	3
16		Sintaxe da Língua Portuguesa	60	4	0	4
17		Literatura Portuguesa do Simbolismo às tendências Contemporâneas	60	4	0	4
18		Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa *	60	4	0	4
19		Literatura Brasileira do Romantismo ao Realismo	60	4	0	4
20		Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Línguas*	60	4	0	4
21		Semântica da Língua Portuguesa	60	4	0	4
22		Lusofonia	60	4	0	4
23		Literatura Brasileira do Simbolismo ao Modernismo	60	4	0	4
24		Metodologia do ensino dos Letramentos*	60	4	0	4
25		Linguística Aplicada	60	4	0	4
26		Literatura Brasileira Tendências Contemporâneas	60	4	0	4



27		Estágio Curricular Supervisionado anos finais do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa	135	0	3	3
28		Projeto de Pesquisa	60	4	0	4
29		Análise do Discurso	60	4	0	4
30		Literatura Maranhense	60	4	0	4
31		Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar	90	0	2	2
32		Estágio Curricular Supervisionado Ensino Médio – Língua Portuguesa	180	0	4	4
TOTAL			2370	104	18	122

NÚCLEO LIVRE

Ord.	Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		TOTAL
				Teóricos	Práticos	
1		Tópicos Emergentes em...	60	4	0	4
2		História da Educação Brasileira	60	4	0	4
3		Teoria da Comunicação	60	4	0	4
4		Produções Acadêmico - Científicas	60	4	0	4
5		Educação à Distância	60	4	0	4
		Filosofia da Linguagem	60	4	0	4
6		Cultura e Realidade Brasileira	60	4	0	4
7		Língua Estrangeira Instrumental	60	4	0	4
CARGA HORÁRIA TOTAL EXIGIDA PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR			120 h			

NÚCLEO COMUM

Ord.	Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		TOTAL
				Teóricos	Práticos	
1		Sociologia da Educação *	60	4	0	4
2		Leitura e Produção Textual	60	4	0	4
3		Filosofia da Educação *	60	4	0	4
4		Psicologia da Educação *	60	4	0	4
5		Política Educacional Brasileira *	60	4	0	4



6		Didática *	60	4	0	4
7		Planejamento e Organização da Ação Pedagógica* *	60	4	0	4
8		Avaliação Educacional e Escolar*	60	4	0	4
9		Literatura Infantojuvenil	60	4	0	4
10		Educação Especial e Inclusiva	60	4	0	4
11		Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60	4	0	4
12		Gestão Educacional e Escolar *	60	4	0	4
TOTAL			720	48	0	48



CAPÍTULO 4 - CORPO DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DO CURSO

O curso de Letras conta com uma equipe de gestão, professores e técnicos administrativos que trabalham em parceria para que as atividades técnico-pedagógicas necessárias ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem previstas no projeto do curso sejam efetivadas, conforme distribuição abaixo descrita.

4.1 Gestão do Curso

Tabela 13 – Gestão do Curso

Nome	Regime			Titulação/ Área	Situação funcional	
	20h	40h	Tide		Contratado	Efetivo
Aldecina Costa Sousa			X	Me. Letras		X

Fonte: Comissão de Elaboração, 2022.

4.2 ²Corpo docente

Tabela 15 - Corpo docente

Nome	Regime			Titulação	Situação funcional		Exercício da docência educação superior
	20h	40h	Tide		Contratado	Efetivo	
Aldecina Costa Sousa			X	Mestra em Letras - UFPI Assistente I		X	12 anos
Josimar Carvalho Porto		X		Dr. em Linguística Aplicada – PUC/MG Adjunto I		X	17 anos
Ana Cláudia Menezes Araújo			X	Mestra em Estudos da Linguagem – UESPI Assistente I		X	11 anos
Maricélia de Lemos Cruz			X	Doutora em linguagem, tecnologia e interação – UNISSINOS Assistente I		X	25 anos
Francisco Mário Lima Magalhães		X		Dr. em Ciências da Educação – UEP Adjunto I		X	06 anos

² Quadro docente que já atua no curso de Letras/Inglês existente no campus.



Antonio Cílrio da Silva Neto		X		Pós-Doutor em Estudos Linguísticos – UFT Adjunto I		X	01 ano
Maria da Graça Figueredo Silva		X		Graduada em Letras Auxiliar IV		X	23 anos
José Leonardo Anuzziato Ruivo			X	Pós- Dr. em Filosofia Adjunto I		X	4 anos
Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante		X		Mestra em Teoria Literária Assistente I			10 anos
Ednalva Alves Lima			X	Mestra Assistente I		X	22 anos
Sílvio Gerude Pereira		X		Especialista – Auxiliar IV		X	17 anos
Daniela de Fátima Ferraro Nunes			X	Mestra Assistente I		X	11 anos
Wilma Cristina Bernard Faha		X		Mestra Assistente I		X	23 anos
Lucielma Silva Santos	X			Especialista	X		13 anos

Fonte: Comissão de Elaboração, 2022.

4.4 Corpo Técnico-Administrativo

Tabela 16 - Corpo Técnico Administrativo

NOME	CARGO	TITULAÇÃO
Dabiane Sousa Franco de Carvalho	Secretária	Bacharel em Arquitetura e Urbanismo
Márcia Roberta de Sousa	Assistente do Centro	Licenciada em Pedagogia
Regina Dos Santos Freire	Secretária do Centro	Licenciada em Letras/inglês
Maria Nogueira de Andrade	Chefe de Controle Acadêmico	Licenciada em Letras/inglês
Macio André Pereira da Silva	Chefe da Biblioteca	Bacharel em Biblioteconomia

Fonte: Comissão de Elaboração, 2022.



CAPÍTULO 5 - INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES

5.1 Espaço físico (salas, laboratórios e espaços comuns)

As instalações e espaço físico onde ocorre o funcionamento do curso são distribuídos em três blocos, com dez salas de aula climatizadas e quadro de vidro, sendo 06 (seis) delas equipadas com data show e tela de projeção. O espaço dispõe ainda de cantina, biblioteca, auditório, laboratórios, xérox, impressão, área de convivência, assim como sala de professores, sala de Direção de cursos e secretaria.

Para melhor esclarecimento, segue a tabela com pormenores sobre a infraestrutura do curso:

Tabela 17 – Infraestrutura do curso

ORDEM	INFRAESTRUTURA DO CURSO
01	11 salas de aula climatizadas
02	01 cantina
03	01 biblioteca
04	02 banheiros (masculino e feminino)
05	01 (uma) cozinha
06	01 laboratório de informática
07	01 Xérox
08	01 impressão
09	02 áreas de convivência
10	01 (uma) sala para equipamento dos vigilantes
11	01 sala dos professores com três computadores, um armário e TV
12	01 secretaria
13	01 sala de controle acadêmico
14	01 sala de setor administrativo
15	01 sala de coordenação do curso
16	01 sala de direção de centro.
17	01 auditório
18	01 sala de chefia de departamento

Fonte: NDE Curso Letras, ano da tramitação 2022.

Tabela 18 – Equipamentos do curso

ORDEM	EQUIPAMENTOS DO CURSO
01	01 (um) laboratório de informática que possui 25 (vinte e cinco) computadores com a finalidade de atender aos professores e alunos nos desenvolvimentos das atividades acadêmicas previstas no curso.

Fonte: NDE Curso Letras, ano da tramitação, 2022.

5.3 Acervo

A biblioteca da UEMA, Campus Santa Inês, situa-se em uma área de 272,70 m² e está dividida em três espaços que são ambientes de estudo, recepção e acervo bibliográfico, com funcionamento nos três turnos; tendo como apoio 01 (uma) bibliotecária e 02 (duas) estagiárias, assim distribuídos:

Tabela 19 – Horário de funcionamento da biblioteca

HORÁRIO	TURNO	SERVIDORES
Das 8h às 12h	Matutino	Maria Verbenya Araújo Oliveira (Estagiária)
Das 13h30min às 17h30min	Vespertino	Rosa Marreiros De Souza (Auxiliar da biblioteca)
Das 18h às 22h	Noturno	Macio André Pereira da Silva (Bibliotecário)

Fonte: NDE Curso Letras, ano da tramitação, 2022.

O acervo computa 5.606 livros com 3.425 exemplares e 06 periódicos que atendem às necessidades do Curso de forma adequada, com maior número de obras literárias e linguística, mas que ainda necessita de ampliação.

Por outro lado, ressalta-se que, atualmente, os professores, servidores e alunos da UEMA têm acesso à Biblioteca Virtual da PEARSON, que é um acervo de livros-textos com obras totalmente em português, o qual dispõe de aproximadamente 15 mil títulos, com o objetivo de ampliar, ainda mais, os meios de pesquisa através da tecnologia. Notadamente para o Curso de Letras, são inúmeros títulos que vêm a acrescentar o foco da pesquisa que envolvem os temas abordados na formação dos discentes.

No site da UEMA, há disponível, no módulo Biblioteca, no link <https://www.biblioteca.uema.br>, o repositório institucional, o manual de normalização de trabalhos científicos, os periódicos produzidos pela Uema, links de repositórios e bases de dados, como Domínio Público, Capes, Biblioteca Digital do Senado Federal, Programa de Comutação Bibliográfica, dentre outros, o acervo da Biblioteca Virtual Universitária 3.0 Pearson. A UEMA adquiriu ainda a disponibilização da plataforma de livros digitais, a Minha Biblioteca, formada por 16 editoras acadêmicas e 42 selos editoriais, com amplo acervo multidisciplinar de títulos técnicos acadêmicos e científicos em português, divididos em 7



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



catálogos: Ciências Jurídicas, Sociais, Aplicadas, Pedagogia, Saúde, Medicina, Odontologia, Letras e Artes. Com 11.428 títulos, a Minha Biblioteca vem consolidar a bibliografia básica e complementar dos cursos, com acesso ilimitado, 24 horas por dia, 7 dias por semana, via web, à comunidade acadêmica. Disponível em: <https://minhabiblioteca.com.br/>.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de set. de 2008. **Institui Nova Lei de Estágios**. Brasília, DF, set 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 16 de jul. de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015.
- BRASIL. CNE/CES, MEC. Resolução CNE/CES nº 2/2015. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública Bacharelado, e dá outras providências**. Brasília, 2014.
- BRASIL. CNE/CES, MEC. Resolução CNE/CES nº 18/2002. **Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras**. Brasília, 2002.
- BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dez. de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.
- BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Resolução CONAES nº 01/2010. **Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências**. Brasília, 2010.
- DELORS, Jacques (Org.). Os quatro pilares da educação In: Educação: um tesouro a descobrir. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/santa-ines/historico>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.
- MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação – CEE/MA. Resolução nº 109/2018. **Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências**. São Luís, MA, maio/2018.
- MARANHÃO. Decreto nº 15.581/97. **Aprova o estatuto da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA**. São Luís, MA, dez 1997.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. In: FAILLA, Zoara. (Org.) **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.
- UEMA. Resolução Nº 1477/2021 – CEPE/UEMA. **Estabelece o Regimento dos Cursos de Graduação da UEMA**. São Luís, MA, out. 2021.
- UEMA. Resolução Nº 891/2015– CEPE/UEMA. **Aprova o Regimento do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA e dá outras providências**. São Luís, MA, dez 2015.
- UEMA. Resolução Nº 203/2000– CEPE/UEMA. **Aprova as Diretrizes Gerais para a reconstrução curricular nos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do**



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Maranhão-UEMA. São Luís, MA, dez 2000.

ZILBERMAN, Regina. (Org.). **Leitura em crise na escola:** as alternativas do professor.
Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



APÊNDICES



A. EMENTÁRIO DO CURSO

1º PERÍODO	
DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	CH: 60
EMENTA: Teorias sociológicas da educação. Sociedade, Educação, Cultura e valores. Estudo das concepções teóricas na educação no discurso sociológico dos autores clássicos das ciências sociais e no discurso dos autores contemporâneos. Educação, Política e sociedade: as relações no âmbito interno e externo do sistema escolar. Educação: estabilidade e conflito social.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS:	
<ol style="list-style-type: none">1. CORTELLA, Mário Sérgio. Escola e o conhecimento. São Paulo: Cortez, 2008.2. GENTILI, Pablo; SILVA, Tomas Tadeu da (Orgs). Neoliberalismo, Qualidade total e educação: visões críticas, 9.ed., Petrópolis, R.J.: Vozes, 2001.3. GONH, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação. 3. ed., São Paulo: Cortez, 1999.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:	
<ol style="list-style-type: none">1. DURKHEIM, Émile. A evolução pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.2. FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Moraes, 2005.3. HARGREAVES, Andy. Ensino na sociedade do conhecimento: Educação na era da insegurança. Porto Alegre: Artmed, 2004.4. RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.5. MARTINS, Carlos Benedito. O que é Sociologia. São Paulo: Editora Brasiliense.	



1º PERÍODO

DISCIPLINA: LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL CH: 60

EMENTA: Linguagem. Texto e textualidade. Gramática do texto. Critérios para a análise de coerência e da coesão. Intertextualidade. Prática de leitura e produção de texto.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. AZEVEDO, R. Unia. **Leitura e Produção Textual**. Porto Alegre: Penso, 2015.
2. COSTA VAL, M. da Graça. **Redação e textualidade**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
3. INFANTE Ulisses. **Do texto ao texto**. São Paulo: Scipione, 1998.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
2. CAVALCANTE. Mônica Magalhães. *Et all.* **Texto e discurso sob múltiplos olhares: gêneros e sequencias textuais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
3. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
4. KOCH, Ingedore V. e Vanda Maria Elias. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.
5. WEG, R. M. **Língua como expressão e criação**. São Paulo: Contexto, v. 2. 2011.



1º PERÍODO

DISCIPLINA: MORFOSSINTAXE DA LÍNGUA LATINA CH: 60

EMENTA: Civilização romana. Origem e evolução da língua romana. Morfossintaxe latina. Flexão nominal (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª declinações, adjetivos, pronomes,). Flexão verbal (voz ativa): as quatro conjugações e o verbo SUM; conjunções, preposições.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. COMBA, Júlio. **Programa de Latim:** introdução à língua latina, vol. I.19. ed. São Paulo: Editora Salesiana, 2003.
2. RONAI, Paulo. **Curso Básico de Latim:** gradus primus. São Paulo: Cultrix.
3. FERREIRA, Olavo Leonel. **Visita à Roma Antiga.** São Paulo: Moderna, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de Filologia Românica:** história externa das línguas. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
2. CARDOSO, Zélia de Almeida. **Iniciação ao Latim.** São Paulo: Ática, 1999.
3. FARIA, Ernesto. **Fonética Histórica do Latim.** Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.
4. MARASCHIN, Leila Teresinha. **LATIM VULGAR.** (Elaboração do Conteúdo). Letras/português Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras. Santa Maria, RS. - Repositório Digital da UFSM; Disponível: <https://repositorio.ufsm.br>. Acesso: 20/11/2020.
5. SILVA, José Pereira da. **Crítica textual e edição de textos.** Revista Philologus. Rio de Janeiro. Disponível: www.filologia.org.br. Acesso: 20/11/2020.



1º PERÍODO

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA LITERATURA

CH: 60

EMENTA: Os Gêneros literários clássicos como visões de mundo socialmente diferentes. Literatura grega: a poesia épica clássica; a dramaturgia grega. A periodização da literatura latina. Formação da poesia e da prosa latina. O modelo clássico canônico das epopeias ocidentais; o gênero lírico como expressão da visão democrática e libertadora de parâmetros aristocráticos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
2. CARDOSO, Zelia de Almeida. **A literatura latina**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
3. MOISES, Massaud. **Criação literária: poesia e prosa**. São Paulo: Cultrix, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. AMORA, Antônio Soares. **Introdução à Teoria da Literatura**. 11.ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
2. ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. **A Poética Clássica**. São Paulo: Cultrix, 1990.
3. PARATORE, Ettore. **História da literatura latina**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
4. SOARES, Angélico. **Gêneros literários**. 6.ed. São Paulo: Ática, 2003.
5. SAMUEL, Rogel. **Novo manual de teoria literária**. Petrópolis: Vozes, 2011



1º PERÍODO

DISCIPLINA: FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA CH: 60

EMENTA: Fonética. Aparelho fonador. Fonologia. Estudo fonético-fonológico da língua portuguesa, em uso no Brasil, tendo por referência compreensão de variações e variedades de seus registros escritos e orais como recursos expressivos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em Língua Materna:** a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.
2. CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística.** São Paulo: Scipione, 1989.
3. CALOU, Dinah e LEITE, Yonne. **Iniciação à fonética e a fonologia.** Rio de Janeiro: Cahar Editor, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. BISOL, L. **Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro.** 3. ed. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2001.
2. BORTONI-RICARDO, S. M. & MACHADO, V. R. (Orgs.) **Os Doze Trabalhos de Hércules:** do oral para o escrito. São Paulo: Parábola, 2013.
3. CAGLIARI, L. C. **Análise Fonológica:** introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2002.
4. SIMÕES, Darcília. **Considerações sobre a fala e a escrita:** fonologia em nova chave. São Paulo: Parábola, 2006.
5. SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia de Português:** roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto, 2007



1º PERÍODO

DISCIPLINA: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

CH: 60

EMENTA: Filosofia da Educação e suas raízes históricas. Fundamentos filosóficos da educação: concepção humanista – tradicional e moderna. A Filosofia da práxis e a dimensão ontológica da educação. Problemas básicos em Filosofia da Educação. Educando e educador: ideologia e utopia, repressão e libertação. Filosofia da educação no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BRITO, E. F. de; CHANG, L. H. (Orgs.) **Filosofia e método**. São Paulo: Loyola, 2002.
2. BULCÃO, E. B. M. Bachelard: **Pedagogia da razão, pedagogia da imaginação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.
3. CHAUI, M. **Convite a Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. BOAVIDA, João. **Educação Filosófica**: sete ensaios. Coimbra: Imprensa Universidade Coimbra, 2010.
2. CASTRO, E. A.; OLIVEIRA, P. R. de (Org.). **Educando para o Pensar**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
3. DURANT, Will. **A História da Filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
4. GHIRALDELLI Jr. P. Richard Rorty. **A filosofia do novo mundo em busca de mundos novos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.



2º PERÍODO

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO CH: 60

EMENTA: Concepções atuais da Psicologia da Educação; Aspectos gerais do processo de ensino-aprendizagem; Fatores psicológicos implicados na aprendizagem escolar; As teorias da aprendizagem; A interação Professor-Aluno no processo de ensino-aprendizagem; Dificuldades de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BRAGHIROLI, E. M. e outros. **Psicologia geral**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CASTORINA, J.A. et.al. **Piaget e Vygotsky: novas contribuições para o debate**. São Paulo, SP: Ática, 1996.
2. DAVIDOFF, L. L. **Introdução à psicologia**. Trad. Lenke Perez. 3. ed. São Paulo: Makron Books. 2001.
3. MOLON, S. I. **Psicologia social**. Subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky. Petrópolis: Vozes. 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. DAVIS, C. Oliveira. **Psicologia da Educação**. São Paulo, Cortez, 1999.
2. DROVEY, Ruth Caribe da R. **Distúrbios de Aprendizagem**. 4.ed.São Paulo: Ática, 2010.
3. FALCÃO, Gerson Marinho. **Psicologia da aprendizagem**. 6.ed. São Paulo, SP: Ática, 1991.
4. MOLON, S. I. **Psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2001.
5. J.A. et.al. **Piaget e Vygotsky: novas contribuições para o debate**. São Paulo, SP: Ática, 1996.



2º PERÍODO

DISCIPLINA: TEORIA LITERÁRIA

CH: 60

EMENTA: A teoria literária – campo de atuação: noções básicas de teoria da literatura e a importância do seu estudo. A Literatura: conceitos e funções atribuídos à Arte Literária do período Clássico ao Contemporâneo. A criação poética: a natureza e o significado do ato criador. A linguagem literária: sistema semiótico primário e sistema semiótico secundário. Teoria dos gêneros literários e das estéticas literárias.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. AMORA, Antônio Soares. **Introdução à teoria da literatura**. 11.ed. São Paulo: Cultix, 2001.
2. ARISTOTELES. **Poética**. Trad. e notas de Ana Maria Valente. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.
3. BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. São Paulo: Beca, 1999.
2. MOISES, Massaud. **Criação literária: poesia e prosa**. São Paulo: Cultrix, 2015.
3. ROGER, Samuel. **Novo manual de teoria literária**. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
4. SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001.
5. SILVA, Victor Manuel de Aguiar. **Teoria da literatura**. Lisboa: Almedina, 2007.



2º PERÍODO

DISCIPLINA: POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA CH: 60

EMENTA: Políticas educacionais: determinantes políticos, históricos e sociais. Aspectos legais, normativos e organizacionais das políticas educacionais no Brasil. O Plano de Desenvolvimento da Educação como política para a educação no Brasil na atualidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BAUER, Carlos et al. **Políticas Educacionais e Discursos Pedagógicos**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007. 128p
2. BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil**. Curitiba: Inter Saberes, 2012.
3. GOMES, Alfredo Macedo. **Políticas Públicas e Gestão da Educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. (Série Estudos em Políticas Públicas e Educação).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. CORDIOLLI, Marcos. **Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil**. Curitiba: Ibpx, 2011. (Série Fundamentos da Educação)
2. CARNEIRO, M. A. C. **LDB Fácil**: Leitura crítico-compreensiva, artigo e artigo. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
3. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2010.



2º PERÍODO

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA LINGUÍSTICA CH: 60

EMENTA: A natureza da linguagem humana. Conceitos e objetos. A Linguagem como Ciência. Teorias das competências linguísticas. Principais teorias linguísticas. O Papel da Linguística nos cursos de Letras.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. CALVET, L.-J. **As políticas linguísticas**. Parábola Editorial, 2007.
2. FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística: objetos teóricos**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
3. MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. BASÍLIO, Margarida. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.
2. CAMARA JR. Mattoso J. **Estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
3. MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.
4. MOURA NEVES, M. H. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001
5. SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28.ed. São Paulo: Cultrix, 2012.



2º PERÍODO

DISCIPLINA: MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA CH: 60

EMENTA: Forma, função e sentido. Estrutura dos vocábulos. Formação dos vocábulos. Classificação dos vocábulos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BASILIO, Margarida. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2011.
2. MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia Portuguesa**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.
3. ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. ALVES, Maria Ieda. **Neologismos: Criação lexical**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2002.
2. BASÍLIO, M. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 2001.
3. BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
4. SANDMANN, Antônio José. **Morfologia geral**. São Paulo: Contexto, 2001.
5. -----, **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto: 2001.



2º PERÍODO

DISCIPLINA: PRÁTICA CURRICULAR NA DIMENSÃO POLÍTICO-SOCIAL
CH: 135

EMENTA: Atividade investigativa, no contexto educacional, de articulação entre os demais componentes curriculares, as diversas disciplinas e áreas específicas de interesse do estudante à dimensão político social da Educação, proporcionando a compreensão das funções social e política da escola, envolta por problemáticas sociais, culturais e educacionais, em uma visão interdisciplinar e multidisciplinar.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M.O.L.; OLIVEIRA, M.G.M. **Um toque de clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
2. SACRISTAN, J.G.; GOMÉZ, A.I.P. **Compreender e transformar o ensino.** 4. ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
3. SANTOS, C.S.G; ANDRADE, F.C.B. **Representações sociais e formação do educador:** revelando interseções do discurso. João Pessoa: UFPB, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. NETO, M. **Pesquisa para o planejamento.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
2. PEREIRA, O. **O que é teoria.** São Paulo: Brasiliense, 1998.
3. PRESTES, M.LM. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico:** do planejamento aos textos, da escola à academia. São Paulo: Respel, 2008.
4. SANTOS-FILHO, J.C; GAMBOA, S.S. **Pesquisa educacional: qualidade quantidade.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
5. TOBIAS, J.A. **Como fazer sua pesquisa.** São Paulo: Ave-Maria, 2004.



3º PERÍODO

DISCIPLINA: CORRENTES DA CRÍTICA LITERÁRIA CH: 60

EMENTA: Panorama da Crítica Literária. A narrativa, a poesia e o drama. Métodos da Crítica Literária. Tendências atuais da Crítica Literária. Análise do objeto literário numa perspectiva literária.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BARBOSA, João Alexandre José Veríssimo. **Teoria, Crítica e História Literária**. São Paulo, EDUSP, Rio de Janeiro, LTC, 1978.
2. BOSI, Alfredo. Araripe Júnior. **Teoria, Crítica e História Literária**. São Paulo, EDUSP, Rio de Janeiro, LTC, 1978.
3. CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1967.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. AGAMBEN, Giorgio. **Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental**. Trad. Selvino José Assmann. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
2. ANTELO, Raúl; CAMARGO, Maria Lúcia de Barros (Orgs). **Pós-crítica**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.
3. BENJAMIN, Walter. As afinidades eletivas de Goethe. In: **Ensaio Reunidos: Escritos sobre Goethe**. Trad. Mônica Krausz Bornebusch, Irene Aron e Sidney Camargo. São Paulo: Duas Cidades:34, 2009.
4. COUTINHO, Afranio. **Notas de Teoria Literária**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
5. DEGGA, Edgar Salvadori de e LEMAIRE, Ria. **Pelas Margens: outros caminhos da história e da literatura**. Campinas, Porto Alegre: UNICAMP, UFRGS, 2000.



3º PERÍODO

DISCIPLINA: DIDÁTICA

CH: 60

EMENTA: Contextualização da Didática. Componentes do processo ensino-aprendizagem. Organização do trabalho docente: planejamento e plano de ensino. Avaliação da aprendizagem: concepções e práticas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. CANDAU, V. M (Org.). **A didática em questão**. 6. ed. Petrópolis. Vozes, 2004.
2. HAYDT, Regina Célia C. **Didática Geral**. 8. ed. São Paulo: Ática 2010
3. GIL, Antonio Carlos. **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. CANDAU, Vera Maria (Org.). **Didática crítica intercultural: aproximações**. Petrópolis: Vozes, 2012.
2. MENEGOLLA, Maximiliano; SANT' ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?: Currículo-área-aula**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
3. LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2015.
4. LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Cortez, 1992.
5. MASETTO, Marcos. **Didática: a aula como centro**. 4.ed. São Paulo, FTD, 1997.



3º PERÍODO

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO PEDAGÓGICA
CH: 60

EMENTA: Introdução ao Estudo do Planejamento; Fundamentos do Planejamento Educacional; Planejamento como Instrumento de Organização do Trabalho Pedagógico em Instituições Educativas; Projeto Político Pedagógico: Os Professores e o Planejamento; Cultura Organizacional e Formação Continuada de Professores: A Construção da Qualidade do Processo Educativo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. ANASTASIOU, L.; ALVES, L. P. (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade:** pressupostos para as estratégias de trabalho em sala. Joinville: Univille, 2003.
2. FREIRE, Paulo, SHOR, Ira. **Medo e ousadia:** o cotidiano do professor. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
3. LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1991.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. KENSKI, Vani Moreira. Avaliação da aprendizagem. In: VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org.). **Repensando a Didática.** 10. ed. Campinas: Papirus, 1995.
2. HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mito & Desafio uma perspectiva construtivista.** 36. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.
3. PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
4. VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org.). **Repensando a Didática.** 10. ed. Campinas: Papirus, 1995.
5. VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org.). **Técnicas de ensino:** por que não? 3. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995



3º PERÍODO

DISCIPLINA: SOCIOLINGÜÍSTICA CH: 60

EMENTA: Introdução à Sociolinguística: conceito, objeto e definição. Língua, Norma e Uso. Variação e Mudança linguística. Diversidade linguística e ensino de língua materna. Análise sociolinguística de variantes padrão/não padrão do português brasileiro.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. ALKMIN, T. A. **Sociolinguística:** parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001.
2. BAGNO, M. **Preconceito linguístico:** o que é, como se faz. 31. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
3. CALVET, L. **Sociolinguística:** uma introdução crítica. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. CÂMARA JR., J. Mattoso. **Dispersos.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.
2. MACEDO, A. V. T. **Linguagem e contexto.** In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. Introdução à Sociolinguísticas: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2008.
3. POSSENTI, Sírio. **Humor, língua e discurso.** São Paulo: Contexto, 2010.
4. RECTOR, M. **A fala dos jovens.** Petrópolis: Vozes, 1994.
5. TARALLO, F. **Sociolinguística.** São Paulo: Ática, 2000.



3º PERÍODO

DISCIPLINA: LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA CH: 60

EMENTA: A África de Língua Portuguesa e sua Literatura africana (angolana, cabo-verdiana, moçambicana), em sua origem e desenvolvimento, caracteres linguísticos/estilísticos, sociais. Poesia e Prosa em seus principais autores/obras. Aspectos da Literatura moçambicana de autoria feminina. Ecos e reflexos africanos na Literatura brasileira. Conexões entre a Literatura brasileira e a Literatura africana em estudo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Literaturas africanas de língua portuguesa: mobilidades e trânsitos diaspóricos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2015.
2. APA Livia et al. **Poesia africana de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2003.
3. CHAVES, R., MACÊDO, Tania Celestino de, SECCO, Carmen Lúcia Tindó (Org.). **Brasil/África: como se o mar fosse mentira**. 2. ed. São Paulo/ Luanda: UNESP/ Chá de Caxinde, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. CHAVES, R., VIEIRA, José Luandino, COUTO, Mia (Org.). **Contos africanos de língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 2009.
2. GOMES, Simone Caputo. Cabo Verde - **Literatura em Chão de Cultura**. São Paulo: Atelier, 2005.
3. LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades & escritas nas literaturas africanas**. 2. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2014.
4. MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.
5. NASCIMENTO, Giselda Melo do. **Representação do negro na literatura brasileira**. RJ: SANKOFA, UERJ, 1994.



3º PERÍODO

DISCIPLINA: PRÁTICA CURRICULAR NA DIMENSÃO EDUCACIONAL CH: 135

EMENTA: Atividade investigativa, no contexto educacional, de articulação entre os demais componentes curriculares, as diversas disciplinas e áreas específicas de interesse do estudante à dimensão Educacional sobre os saberes da docência, significação social da profissão e relevância da atividade docente no espaço pedagógico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. ALBUQUERQUE, E.M. et al. **Função social da educação**. Coleção EPEN, XIII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste, v.8, s.d.
2. BAGNO, M. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz**. 13.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
3. BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
2. MOROZ, M.; GIANFALDONI, M.H.T.A. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Editora Plano, 2002.
3. NETO, M. **Pesquisa para o planejamento**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
4. LIMA, L. **Escola não é circo, professor não é palhaço: intencionalidade e educação**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.
5. LUCK, H. **Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão**. Petrópolis: Vozes, 2004.



4º PERÍODO

DISCIPLINA: FILOLOGIA ROMÂNICA CH: 60

EMENTA: Conceito de Filologia; Formação da Língua Latina; Constituição das línguas românicas; Estudo de textos arcaicos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BASSETO, Bruno F. **Elementos de Filologia Românica**. São Paulo: Edusp, 2001.
2. COUTINHO, Ismael. **Gramática Histórica**, 7 ed. rev. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1986.
FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**. São Paulo: Ática, 1991.
3. ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. São Paulo: Ática, 1992.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. BASSETO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**. São Paulo: EDUSP, 2005.
2. ELIA, Sílvio. **Preparação à linguística românica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
3. NASCENTES, Antenor. **Elementos de Filologia Românica**. Rio: Organização Simões, 1991.
4. VIDOS, B. E. **Manual de linguística românica**. Rio de Janeiro: EDURJ, 1996.



4º PERÍODO

DISCIPLINA: LITERATURA BRASILEIRA DAS ORIGENS AO ARCADISMO
CH: 60

EMENTA: Literatura de Informação. Literatura Catequética. Barroco. Arcadismo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

1. CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 13. ed. São Paulo: Ouro sobre azul, 2014.
2. BOSI, A CÂNDIDO, Antonio & CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da literatura brasileira**. I. Das origens ao Realismo. São Paulo: DIFEL, 1985.
3. COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil: Era Barroca e Era Neoclássica**. v. 2. São Paulo: Global, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil: Era Barroca e Era Neoclássica**. São Paulo: Global, v. 2. 2002.
2. BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.
3. BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.
4. MOISÈS, Massaud. **História da Literatura Brasileira: da origens ao Romantismo**. São Paulo: Cultrix, v. 1. 2001.
5. MOISÈS, Massaud. **História da Literatura Brasileira: da origens ao Romantismo**. São Paulo: Cultrix, v. 1. 2001.



4º PERÍODO

DISCIPLINA: LITERATURA INFANTO JUVENIL

CH: 60

EMENTA: Estatuto da literatura infantil. Origens históricas do gênero. Características da obra literária para crianças e jovens. A narrativa e a poesia infantojuvenil. A produção Literária para crianças e jovens. Critérios de seleção de textos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. COELHO, Nelly Novaes. Panorama histórico da literatura infanto-juvenil. São Paulo: Ática, 1995.
2. COELHO, Nely. Literatura infanto-juvenil. São Paulo. Ática, 2000.
3. LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil brasileira: histórias & histórias. São Paulo: Ática, 1995.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. (trad. Marcus Vinícius Mazzari). São Paulo: Duas Cidades, 2002.
2. CUNHA, Maria Antonieta. **Literatura infantil:** teoria e prática. São Paulo: Ática, 2000.
3. FARIA, Maria Alice. **Como usar a literatura infantil na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2004.
4. LINDER, Sofia Van der. **Para ler o livro ilustrado.** Tradução: Dorothée de Bruchard. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p.23-28.
5. SOUZA, Renata; FEBA, Berta L. T. **Leitura literária na escola:** reflexões e propostas na perspectiva do letramento. Campinas: Mercado das Letras, 2011.



4º PERÍODO

DISCIPLINA: LITERATURA PORTUGUESA DAS ORIGENS AO REALISMO
CH: 60

EMENTA: O Trovadorismo português; O Humanismo em Portugal; O Renascimento Literário português; A literatura barroca; O movimento literário árcade; O Romantismo em Portugal; A literatura realista/naturalista portuguesa (Caracterização estilística, temática e análise de obras fundamentais na prosa e poesia).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. MOISÉS, Massaud. **Fernando pessoa: o espelho e a esfinge**. 2. ed. Revista e aumentada. São Paulo: Cultrix, 2004.
2. SARAIVA, Antonio. **Iniciação à Literatura Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
3. SPINA, Segismundo. **A lírica trovadoresca**. São Paulo: Edusp, 1996.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. ABDALA JR. Benjamin & PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História Social da Literatura Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
2. CASTRO, E.M. de Melo e Castro. **Literatura Portuguesa de Invenção**. São Paulo: Difel, 1993.
3. ABDALA JR. Benjamin & PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História Social da Literatura Portuguesa**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1990.
4. CASTRO, E.M. de Melo e Castro. **Literatura Portuguesa de Invenção**. São Paulo: Difel, 1993.
5. MOISÉS, Massaud. **O Conto Português**. 5. ed. Atualizada. São Paulo: Cultrix, 2004.



4º PERÍODO

DISCIPLINA: AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR CH: 60

EMENTA: Concepção e objetivos da avaliação educacional e escolar; Principais abordagens da avaliação educacional; Desafios teóricos e práticos da avaliação no âmbito do ensino fundamental e médio; Análise de instrumentos de avaliação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. AFONSO, A. J. **Avaliação educacional:** regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.
2. ALMEIDA, Fernando José de e FRANCO, Mônica Gardelli. **Avaliação para Aprendizagem** – o processo avaliativo para melhorar o desempenho dos alunos. São Paulo: Ática, 2011.
3. HADJI, Charles. **Avaliação as regras do jogo:** das intenções aos instrumentos. Porto, Portugal: Porto, 1994. 189p.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Prática para Avaliação escolar** – Dicas e Sugestões de como fazer. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2012.
2. DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa.** Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2008.
3. FERNANDES, D. **Avaliar para aprender:** fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: UNESP. 2009.
4. SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
5. SOUSA, S. M. Z. L. de. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Gestão democrática da educação:** desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 264-283.



4º PERÍODO

DISCIPLINA: PRÁTICA CURRICULAR NA DIMENSÃO ESCOLAR **CH: 135**

EMENTA: Atividade investigativa, no contexto escolar, de articulação entre os demais componentes curriculares, as diversas disciplinas e áreas específicas de interesse do estudante à dimensão Escolar sobre a formação dos saberes da docência, considerando a dimensão democrática e participativa na escola com vistas a elevar a qualidade da educação na Educação Básica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M.O.L; OLIVEIRA, M.G.M. **Um toque de clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
2. SACRISTÁN, J.G.; GOMÉZ, A.I.P. **Comprender e transformar o ensino.** 4ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
3. SANTOS, C.S.G; ANDRADE, F.C.B. **Representações sociais e formação do educador:** revelando interseções do discurso. João Pessoa: UFPB, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. NETO, M. **Pesquisa para o planejamento.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.
2. PEREIRA, O. **O que é teoria.** São Paulo: Brasiliense, 1998.
3. PRESTES, M.L.M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico:** do planejamento aos textos, da escola à academia. São Paulo: Respel, 2008.
4. SANTOS-FILHO, J.C; GAMBOA, S.S. **Pesquisa educacional:** qualidade-quantidade. 5.ed., São Paulo: Cortez, 2002.
5. TOBIAS, J.A. **Como fazer sua pesquisa.** São Paulo: Ave-Maria, 2004.



5° PERÍODO

DISCIPLINA: SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA CH: 60

EMENTA: Estudo da sintaxe. Hierarquia gramatical. Fundamentos da noção de gramática. Categorias da descrição gramatical.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Latina**. São Paulo: Saraiva, 1997.
2. CARDOSO, Zélia de Almeida. **Iniciação ao latim**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2004.
3. COMBA, Júlio. **Programa de Latim** vol. I: Introdução à Língua Latina. São Paulo: Salesiana, 2002.
4. EULÁLIO, Carlos Evandro M. **Elementos de Língua Latina**. Teresina: Nova Aliança, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. EULÁLIO, Carlos Evandro M. **Elementos de Língua Latina**. Teresina: Nova Aliança, 2013.
2. SOUSA, Francisco Antonio de. **Novo dicionário latino-português**. Porto: Lello & Irmão Editores, 1992.
3. BORREGANA, António Afonso. **Gramática latina**. Lisboa: Lisboa, 2006.
4. RÓNAI, Paulo. **Gradus Primus**: curso básico do latim. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.
5. RONÁI, Paulo. **Curso básico de latim: gradus primus**. São Paulo: Cultrix, 2008.



5º PERÍODO

DISCIPLINA: LITERATURA PORTUGUESA DO SIMBOLISMO ÀS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS CH: 60

EMENTA:O Simbolismo literário. O movimento literário modernista. Tendências Contemporâneas em Portugal (Caracterização estilística, temática e análise das obras fundamentais na prosa e na poesia).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. ABDALA JR. Benjamin & PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História Social da Literatura Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
2. BUENO, Aparecida de Fátima; FERNANDES, Annie Gisele; et al. **Literatura Portuguesa: história, memória e perspectiva**. São Paulo: Alameda, 2007.
3. CASTRO, E.M. de Melo e Castro. **Literatura Portuguesa de Invenção**. São Paulo: Difel, 1993.
4. MOISÉS, Massaud. **Fernando pessoa: o espelho e a esfinge**. 2. ed. Revista e aumentada. São Paulo: Cultrix, 2004.
5. SARAIVA, Antonio e LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto, s/d.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. CASTRO, E. M. de Melo e Castro. **O fim visual do século XX & e outros textos críticos**. São Paulo: Edusp, 1993.
2. D'ONOFRIO, Salvatore. **Literatura portuguesa ocidental: autores e obras fundamentais**. São Paulo: Ática, 1990.
3. MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa através dos textos**. São Paulo: Cultrix.2014.



5º PERÍODO

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA CH: 60

EMENTA: Os PCN e o Ensino de Língua Portuguesa. Análise Linguística: uma Reflexão do Ensino de Línguas na escola. Ensino de Língua e Ensino de Literatura: uma dimensão interdisciplinar. O Livro Didático e Ensino de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BAGNO, M. **Gramática, pra que te quero?** Os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português. Curitiba: Aymará, 2010.
2. BRASIL. **PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa.** Secretária de Educação. Brasileira, 1997.
3. CAGLIARI, L.C. **Alfabetização e linguística.** São Paulo: Scipione, 2001.
4. DOLZ, J. GAGNON, R. DECÂNDIO, F. **Produção escrita e dificuldades de aprendizagem.** Campinas/SP: Mercado das Letras, 2010.
5. ELIAS, V. M. (Org.) **Ensino de língua Portuguesa- oralidade, escrita, leitura.** São Paulo: Contexto, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. GERALDI, João Wanderely. As unidades básicas do ensino de Português. In: GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula.** 2. ed. São Paulo: Ática, 2006 [1984].
2. KLEIMAN, A. **Oficina de Leitura-teoria e prática.** Campina, SP: Pontes, 2002.
3. MARCUSCHI, L.A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.



5º PERÍODO

DISCIPLINA: LITERATURA BRASILEIRA DO ROMANTISMO AO REALISMO
CH: 60

EMENTA: O Romantismo brasileiro. A Literatura realista/naturalista (Caracterização estilística temática e análise de obras fundamentais na prosa e poesia).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.
2. MOISÈS, Massaud. **História da Literatura Brasileira: Realismo e Simbolismo**. v.2 São Paulo: Cultrix, 2001.
3. COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
4. _____. **A Literatura no Brasil: Era Romântica**. v. 3. São Paulo: Global, 2002.
5. CANDIDO, Antonio; CASTELO, José Aderaldo. **Presença da Literatura brasileira: das origens ao Realismo: história e antologia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. BOSI, Alfredo. **Machado de Assis: o enigma do olhar**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
2. CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 13. ed. São Paulo: Ouro sobre azul, 2014.
3. COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.



5º PERÍODO

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA CH: 60

EMENTA: Educação Especial: conceito, marcos históricos e socioculturais; Princípios e Fundamentos da Educação Inclusiva; Avaliação e Identificação das Necessidades Educacionais Especiais; Experiências Internacionais e Nacionais de Inclusão Educacional; Práticas Pedagógicas e o Acesso ao Conhecimento: ajustes, adequações e modificações no Currículo; O Atendimento Educacional Especializado e a Formação de Redes de Apoio.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BAPTISTA, Claudio Roberto, et al. **Educação Especial: dialogo e pluralidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.
2. BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Leinº 9394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo**. 4.ed. rev. e ampl. São Paulo: Avercamp, 2010.
3. BRASIL. MEC/ Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.
4. BATISTA, R. **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Dinallvri, 1997.
5. BRASIL, MEC/secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações curriculares. Estratégia para a educação de alunos com necessidades especiais**. Brasília, 1998.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos 'IS'**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
2. GAIO, R; MENEGHETI, R. G.K (Orgs.) **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis, Vozes. 2004.
3. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Atualizado até julho de 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf?sequence=1>. Acesso em 02/11/2018.



5º PERÍODO

DISCIPLINA: TECNOLOGIAS APLICADAS AO ENSINO DE LÍNGUAS CH: 60

EMENTA: Planejamento e criação de sistema ensino/aprendizagem de Letras, segundo enfoque derivado da Tecnologia Educativa: caracterização da população-alvo, especificação de objetivos, análise do conteúdo, hierarquização de conceitos, roteirização, elaboração dos materiais e meios educativos. Técnicas de especificação operacional de objetivos. Planejamento e criação de meios e materiais auto-instrutivos, de natureza interativa, para a aprendizagem de Letras.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. CITELLI, A. **Outras linguagens na escola.** Publicidade, Cinema e TV, Rádio, Jogos, informática. São Paulo: Cortez, 2000 (Coleção aprender e ensinar com textos, V. 6).
2. KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias.** O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.
3. OROFINO, M. I. **Mídias e mediação escolar:** pedagogia dos meios, participação e visibilidade. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2005.
4. SARTORI, A. S. ; ROESLER, J. **Gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impresso e online.** Tubarão: Unisul, 2005.
5. SARTORI, A. S. ; SOUZA, A. R. B. ; SOARES, M. S. do P. **Novas formas de comunicação e interação:** implicações na formação e atuação docente. Florianópolis: Ed UDESC, 2011 (no prelo).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa.** 2.ed. Ampliada e atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
2. BELTRÃO, Odacir; BELTRÃO, Mariúsa. **Correspondência:** Linguagem & comunicação oficial, empresária e particular. 23 ed. São Paulo: Atlas S. A., 2005.
3. FIORIN, José Luís; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto:** leitura e redação. 16 ed., São Paulo: Ática, 2003.



6º PERÍODO

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS CH: 60

EMENTA: Língua Brasileira de Sinais: Histórico e Fundamentos Legais; A Singularidade Linguística de LIBRAS e seus Efeitos sobre a Aquisição da Linguagem e Aquisições Culturais; Noções Práticas de LIBRAS: gramática, vocabulário e conversação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. ALBRES, NEIVA DE AQUINO; SLYVIA, LIA GRESPAN NEVES. **De sinal em Sinal: Comunicação em Libras para aperfeiçoamento do ensino dos componentes curriculares.** São Paulo: Feneis, 2008.
2. BRASIL. Decreto Nº 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Publicada no **Diário Oficial da União em 22/12/2005.**
3. FELIPE, T A; MONTEIRO, M S. **Libras em Contexto:** curso básico, livro do professor instrutor. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEESP, 2001.
4. FERREIRA-BRITO, L. **Integração social & surdez.** Rio de Janeiro, Babel, 1993. Fundamentos em fonoaudiologia, vol. 1: Linguagem. Rio de Janeiro, Guanabara, 998.
5. GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. GOLDFELD, M. **Linguagem, surdez e bilinguismo:** Lugar em fonoaudiologia. Rio de Janeiro, Estácio de Sá, n. 9,p 15-19, set. 1993.
2. QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem.** Porto Alegre/RS. Artes Médicas. 1997.
3. SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.



6º PERÍODO

DISCIPLINA: SEMÂNTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA CH: 60

EMENTA: Aspectos da significação lexical e da significação contextual. Significação e contexto. Referência, sentido e denotação. Os campos semânticos. As relações de sentido. Léxico e semântica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica:** noções básicas e exercícios. São Paulo: contexto, 2013.
2. FERRAREZI Jr. Celso. **Semântica para educação básica.** São Paulo: Parábola, 2008.
3. FERRAREZI JR. Celso & BASSO. Renato. **Semântica, semânticas:** introdução. São Paulo: contexto, 2013.
4. GOMES, Claudete Pereira. **Tendências da semântica linguística.** 2 ed. Unijuí, 2006.
5. ILARI, Rodolfo. **Introdução à Semântica:** brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. MARQUES, Maria Helena Duarte. **Iniciação à Semântica.** 6 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
2. OLIVEIRA, L. A. **A Semântica.** Petrópolis. Vozes, 2008.
3. RECTOR, Mônica, YUNES, Eliana. **Manual de Semântica.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.



6º PERÍODO

DISCIPLINA: LUSOFONIA

CH: 60

EMENTA: Abordagem histórica e sociolinguística da Língua Portuguesa. Constituição Léxico português. Lusofonia aproximação linguística e distanciamento cultural. Língua Portuguesa: identidade e cultura. Perspectiva literária e historiográfica: Europa, África, Ásia e América.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BASSO, Renato Miguel; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **História concisa da língua portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
2. CÂMARA Jr., Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Padrão, 1976.
3. ÉLIA, Sílvio. **Fundamentos histórico-linguísticos do português no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
4. HAUY, Amini Boianain. **História da língua portuguesa: séculos XII, XIII, e XIV**. São Paulo, Ática. 1989.
5. TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
6. SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. ORLANDI, E. P. e GUIMARÃES, E. (orgs.) **Língua e cidadania**. O português do Brasil, 1996. Campinas.
2. SILVA NETO, S. da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Presença, 1977.
3. SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.



6º PERÍODO

DISCIPLINA: LITERATURA BRASILEIRA DO SIMBOLISMO AO MODERNISMO

CH: 60

EMENTA: O Simbolismo literário. O Parnasianismo brasileiro. O pré-modernismo. A primeira fase do Modernismo no Brasil. A segunda fase modernista (Caracterização estilística, temática e análise de obras fundamentais na prosa e poesia).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.
2. CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 13. ed. São Paulo: Ouro sobre azul, 2014.
3. COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
4. _____. **A Literatura no Brasil: Era Romântica**. v. 3. São Paulo: Global, 2002.
5. MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira: Realismo e Simbolismo**. São Paulo: Cultrix, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. CANDIDO, Antonio & CASTELO, José Aderaldo. **Presença da Literatura brasileira: das origens ao Realismo: história e antologia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
2. MOISÉS, Massaud. **A literatura brasileira através de textos**. São Paulo: Cultrix, 1995.
3. TELLES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e Modernismo brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes.



6º PERÍODO

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DOS LETRAMENTOS CH: 60

EMENTA: Apresentação do conceito de linguagem/discurso a partir de uma perspectiva sócio-construcionista. Relação entre linguagem/discurso e poder. Discussão sobre diferentes concepções de letramento e suas implicações no processo de ensino/aprendizagem de Línguas. Práticas de letramento crítico e ensino de LE.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. KLEIMAN, A. B. (Org.). **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.
2. MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2001.
3. MANGUEL, A. **Uma história da leitura.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
4. MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita.** Atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2003.
5. OLSON, D.; TORRANCE, N. **Cultura escrita e oralidade.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. BRANDÃO, H. N. **Gêneros do discurso na escola.** São Paulo: Cortez, 2000.
2. CHARTIER, R.A **aventura do livro. Do leitor ao navegador.** São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
3. TEBEROSKY, **Psicopedagogia da Linguagem Escrita.** Vozes, 2001.



6º PERÍODO

DISCIPLINA: LINGUÍSTICA APLICADA CH: 60

EMENTA: Definição, domínio e terminologias específicas da área de Linguística Aplicada (LA) e visão de seu objeto de estudo. Visão dos fundamentos da LA sobre o ensino e a aprendizagem de língua materna. Diferentes pesquisas aplicadas à Língua Portuguesa e seus pressupostos teórico-metodológicos. A relação entre teorias de ensino e aprendizagem de línguas. Avaliação e produção de materiais didáticos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.
2. CHOMSKY, Noam. **O conhecimento da Língua, sua natureza, origem e uso**. Tradução de Anabela Gonçalves e Ana Tresses Alves, Lisboa: Caminho, (coleção universitária), 1994.
3. FIORIN, José Luís. **Linguística? O que é isso?** São Paulo: Contexto, 2015.
4. KLEIMAN, Ângela B. CAVALCANTE, Marilda C. (Orgs.) **Linguística Aplicada: suas faces e interfaces**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2007.
5. MARTELOTA, M. E. **Manual de linguística (Org.)**. São Paulo: Contexto, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. São Paulo: Ensaio, 1993.
2. ILARI, R. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. p. 53-92.
3. KOCH Ingedore Villaça; VILELA, Mário. **Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da Palavra, Gramática da Frase, Gramática do Texto**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2001.



7º PERÍODO

DISCIPLINA: LITERATURA BRASILEIRA TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS
CH: 60

EMENTA: A Geração literária de 1945. A Literatura da geração de 1960. A ficção e a poesia de 1970 à atualidade (Caracterização estilística, temática e análises de obras fundamentais na prosa e na poesia).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
2. _____. **História concisa da literatura brasileira**. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.
3. _____. **O conto brasileiro contemporâneo**. São Paulo: Cultrix, 1997.
4. DENIS, Benit. **Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre**. Trad. Luiz Dagobert de Aguirra Roncari. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
5. SCHOLHAMMER, Karl Eric. **Ficção brasileira contemporânea**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo: Horizonte, 2012.
2. MOISÉS, Massaud. **A Literatura Brasileira através de textos**. São Paulo: Cultrix, 2001.
3. MORICONI, Italo. **Como e por que ler a poesia brasileira do século XX**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.



7º PERÍODO

DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA CH: 135

EMENTA: Conceito, objetivos e recomendações do estágio supervisionado. Habilidades técnicas. Simulação de aulas. Exercício do Estágio Supervisionado. Acompanhamento e avaliação do Estágio Supervisionado.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. p.67-85.
2. _____. **Mitologias da Avaliação**: de como ignorar em vez de enfrentar os problemas. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. p.47-68.
3. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais - Introdução. Brasília, MEC/SEF, 1997.
4. LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teóricos-metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
5. PIMENTA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. ANTUNES, I. **Aula de Português**: encontro e interação. 8.ed. São Paulo: Parábola editorial, 2003.
2. BAGNO, M. **Português ou brasileiro**: um convite à pesquisa. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2001.
3. GERALDI, J. W. **A aula como acontecimento**. Portugal: Tipave, Indústrias gráficas de Aveiro, 1994.



7º PERÍODO

DISCIPLINA: PROJETO DE PESQUISA

CH: 60

EMENTA: Trabalho científico: Tipos e etapas. Estruturação do projeto de pesquisa. Planejamento e fundamentação do projeto de pesquisa. Coleta e análise dos dados. Redação preliminar do relatório.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
2. CERVO, A. L e BERVIAN, P. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
3. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002
4. LUNA, S V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ, 2002.
5. POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2007

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS; NBR 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
2. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS; NBR 6023:** informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
3. MENDONÇA, L. M. N. **Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos na UFG**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, 2005.



7º PERÍODO

DISCIPLINA: ANÁLISE DO DISCURSO

CH: 60

EMENTA: Estudo das noções de texto, discurso e gênero textual, com ênfase nas relações entre, discurso e contexto. As leis do Discurso. As diferentes Análises do Discurso. Análise do Discurso: origem, filiação teórica e fases. Conceitos de sentido e sujeito. Condições de produção, ideologia e interdiscurso. Prática discursiva.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas SP: UNICAMP, 2004.
2. BETH, Brait. (Org.) **Bakhtin dialogismo e construção dos sentidos**. Campinas: UNICAMP, 2005.
3. GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (Orgs). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Paulo: Claraluz, 2003.
4. MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chaves da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
5. POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito**. São Paulo: Parábola, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
2. ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos** Campinas: Pontes, 2002.
3. VANDIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2012.



7º PERÍODO

DISCIPLINA: GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR

CH: 60

EMENTA: Gestão Escolar: Tipos, Problemas, Limites, Competência Técnica e Compromisso Político-Social; Gestão Escolar no Contexto da Legislação; Papel do Gestor Escolar e do Coordenador Pedagógico na Gestão Participativa; A Organização do Sistema Educacional: Currículo, Projeto Político-Pedagógico e Avaliação Institucional; O Processo Pedagógico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. GADOTTI, Moacir. **A Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992
2. PARO, Vitor. **A Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 1997.
3. LIBÂNEO, José C. OLIVEIRA; João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2013.
4. NÓVOA, Antonio. (Org.) **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
5. SILVA, Rinalva Cassino da (Org.) **Educação para o Século XXI: dilemas e perspectivas**. Piracicaba: Unimep/ANPAE, 1999.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria/prática**. Goiânia: do Autor, 2013.
2. OLIVEIRA, D. A.(Org.). **Gestão Democrática da Educação: Desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 2009.
3. PARO, Vitor H. **Administração Escolar – Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.



8º PERÍODO

DISCIPLINA: LITERATURA MARANHENSE

CH: 60

EMENTA: Literatura Maranhense: origem, formação, movimentos e agremiações. Poesia maranhense (séculos XIX e XX): principais representantes (neoclássicos e românticos, parnasianos, simbolistas, modernistas, contemporâneos da atualidade), em seus aspectos temáticos, linguísticos e estilísticos. A romanesca maranhense (séculos XIX e XX), principais autores(as) e obras.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.
2. BRASIL, Assis. (Org.) **A poesia maranhense no século XX**. Antologia. Rio de Janeiro: IMAGO; São Luís: SIOGE, 1994.
3. CORRÊA, Dinary. **Da literatura maranhense: o romance do século XX**. São Luís: EDUEMA, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. CORREA, Rossini. **Atenas Brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional**. Brasília: Thesaurus; Correa & Correa Editores, 2001
2. COREA, Rossini. **O Modernismo no Maranhão**. Brasília: Correa & Correa Editores, 1989.
3. LEÃO, Ricardo. **Os Atenienses e a invenção do cânone nacional**. São Luís: Instituto Geia, 2013.
4. NERES, José; Cavalcante Dino (Orgs). **O século XX e a literatura maranhense: reflexões sobre a narrativa em prosa**. São Luís: EDUFMA, 2016.
5. RAMOS, Clóvis. **Roteiro literário do Maranhão: neoclássicos e românticos**. Niterói, RJ: Clóvis Ramos, 2001.



8º PERÍODO

DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR
CH: 90

EMENTA: Análises de situações da prática educacional que enfatizem o desempenho profissional criativo a partir de observação, participação, planejamento, execução e avaliação institucional, de modo a possibilitar a inserção do aluno no contexto profissional, por meio da vivência de situações práticas de natureza pedagógica e atividades específicas às diferentes modalidades no processo educacional. Acompanhamento dos projetos realizados pelas escolas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. ALONSO, Myrtes. O Trabalho Coletivo na Escola. In: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Formação de Gestores Escolares para a Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação**. PUC-SP, 2002. p. 23-28.
2. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.
3. GUIMARÃES, Hercules Honorato. **O gestor escolar e suas competências: a liderança em discussão**. Disponível em: Acesso em 01/11/2018.
4. LOPES, Rosana. **A identidade do pedagogo como organizador do trabalho pedagógico escolar**. 2013.
5. MELLO, E.F.F.; TEIXEIRA, A.C. **A interação social descrita por Vigotski e a sua possível ligação com a aprendizagem colaborativa através das tecnologias de rede**. IX ANPED Sul, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
2. LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
3. PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: uma introdução crítica**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.



8º PERÍODO

DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO ENSINO MÉDIO – LÍNGUA PORTUGUESA CH: 180

EMENTA: Estágio supervisionado: normas de operacionalização de estágio. Planejamento: formulação de objetivos. Técnicas de incentivação. Seleção e organização de conteúdo. Exercício do Estágio Supervisionado. Acompanhamento e avaliação do Estágio Supervisionado.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Org.). **Português no Ensino Médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006.
2. BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. I Vol. 1: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006.
3. GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula: leitura e produção**. São Paulo: Ática, 1999.
4. LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Livros didáticos, escola, leitura**. In: A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1996.
5. KARWOSKI, A. M. et al. (Org.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
6. BORTONI-RICARDO, S. M. e SOUSA, M. A. **Falar, ler e escrever em sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. DIAS, Juliana de Freitas. **Literatura Infantil: uma leitura crítica da prática escolar**. Dissertação de Mestrado inédita. Universidade de Brasília: UnB, 2002.
2. FRANCHI, E. **E as crianças eram difíceis**. A redação na escola. Campinas: Martins Fontes, 1986.
3. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996



DISCIPLINAS OPTATIVAS	
------------------------------	--

DISCIPLINA: TÓPICOS EMERGENTES EM...	CH 60H
---	---------------

EMENTA: Esta disciplina não possui ementa em razão do seu caráter circunstancial.	
--	--



DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

CH: 60H

EMENTA: A educação no contexto histórico da formação do Estado Brasileiro: período Colonial até os dias atuais A educação no contexto neoliberal. Educação maranhense: aspectos sociais e históricos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BUFFA, Ester. **Ideologias em conflito: Escola Pública x Escola Privada.** São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
2. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República.** Passo Fundo (RS): UPF, 2000.
3. FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade brasileira em busca de sua identidade.** Petrópolis: Vozes, 1977.
4. GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 1993.
5. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
2. PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.
3. SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino.** São Paulo, Cortez, 1987.



DISCIPLINA: TEORIA DA COMUNICAÇÃO

CH: 60H

EMENTA: Comunicação: Conceito e Histórico. Visão Sistemática. A Comunicação e a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia. Comunicação e Semiologia. Teoria da Linguagem, Processo Signífico: Níveis Sintáticos, Semânticos, Pragmáticos e as Formas de Comunicação no Mundo Atual.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. FIORIN, José Luiz. **Linguística? O que é isso?** São Paulo: contexto, 2015.
2. MORAN, José Manuel. **Leituras dos meios de comunicação.** São Paulo, 1993.
3. SOARES, Suely Galli. **Educação e comunicação: o ideal de inclusão pelas tecnologias de informação otimismo exacerbado e lucidez pedagógica.** Editora: Cortez, São Paulo, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. LAZARSELD, Paul; MERTON, Robert. **Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada** (1948). In: COHN, Gabriel. Comunicação e indústria cultural. São Paulo: TA Queiroz, 1987.
2. LUIZARI, Kátia. **Comunicação empresarial eficaz: como falar e escrever bem.** Curitiba: Ibpex, 2010.
3. MATTELART, Armand & Michèle. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Loyola, 1999.
4. MERTON, Robert. **Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada** (1948). In: COHN, Gabriel. Comunicação e indústria cultural. São Paulo: TA Queiroz, 1987.
5. WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** Lisboa, Presença, 1995.



DISCIPLINA: PRODUÇÕES ACADÊMICO- CIENTÍFICAS CH: 60H

EMENTA: Gêneros textuais e produções acadêmico-científicas com enfoque na orientação para pesquisa e produção de trabalho de conclusão de curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
2. CERVO, A. L e BERVIAN, P. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
3. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
4. LUNA, S V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ, 2002.
5. POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS; NBR 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
2. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS; NBR 6023:** informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
3. MENDONÇA, L. M. N. **Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos na UFG**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, 2005.



DISCIPLINA: EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

CH: 60H

EMENTA: Integração e utilização das TICS no processo de ensinar e aprender. Percorso histórico da criação e institucionalização da EAD no Brasil e no Maranhão. Fundamentos legais da EAD. Características e funções da EAD. Bases teórico-metodológicas da EAD. Apropriações em ambientes virtuais de aprendizagem. Componentes de um sistema de EAD. Avaliação em EAD.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BELLONI, M. Luiza. **Educação a Distância**. Campinas: Autores Associados, 2003.
2. CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
3. KENSKI, Vani. **Educação e Tecnologias: O Novo Ritmo da Informação**. Campinas: Papirus, 2007. LEVY, Pierry. **Cibercultura**. São Paulo: Unesp, 1999. Cortez, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. PALLOFF, Rena; PRATT, Keith. **O Aluno Virtual: um guia para trabalhar com estudantes online**. Tradução: Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2004.
2. PALLOFF, Rena; PRATT, Keith. **Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço: estratégias eficientes para a sala de aula on-line**. Tradução: Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2002.
3. VALENTE, J. Armando; ALMEIDA, M. Elizabeth Bianconcini (Org.). **Formação de educadores a distância e integração de mídias**. São Paulo: AVERCAMP, 2007.
4. KENSKI, Vani. **As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: 34, 2004.
5. VALENTE, J. Armando; ALMEIDA, M. Elizabeth Bianconcini (Org.). **Formação de educadores a distância e integração de mídias**. São Paulo: AVERCAMP, 2007.



DISCIPLINA: FILOSOFIA DA LINGUAGEM

CH: 60H

EMENTA: Formulação das questões linguageiras, O universo do símbolo, As estruturas da linguagem, Pensamento e Palavra. O discurso. Linguagem e cultura. Questões hermenêuticas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. ALSTON, P. W. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
2. AUROUX Sylvain. **Filosofia da linguagem**. Campinas: Unicamp, 2001.
3. COSTA, Alexandre Araújo. **Introdução à hermenêutica filosófica**. Disponível em: <http://www.arcos.org.br/livros/hermeneutica-filosofica/capitulo-v-hermeneutica-e-linguagem>>. Acesso em: 17 de mar.de 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. BLIKSTEIN, Isidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix, 1995. (Do capítulo II ao VIII)
2. JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995. (À procura da essência da linguagem)
3. PIGNATARI, Décio. **Informação, linguagem e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1997. (Semiótica ou teoria dos signos)
4. MARTINS, Helena. **Três caminhos na filosofia da linguagem**. In: BENTES, Anna Chistina (Orgs.) **Introdução à linguística 3: fundamentos epistemológicos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, p. 439-472. 2004.
5. THORNTON, T. **Wittgenstein sobre linguagem e pensamento**. Loyola, 2007.



DISCIPLINA: CULTURA E REALIDADE BRASILEIRA CH:	60H
EMENTA: Cultura Brasileira: Mito ou Realidade. Bases Históricas da Cultura. Ideologia e Visão do Mundo da Cultura Brasileira. Estrutura Histórica e Social da Cultura Nacional. Cultura Nacional e Regional. Cultura Popular Brasileira.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS:	
<ol style="list-style-type: none">1. BHABHA, Homi. Interrogando a identidade. In: _____ O local da cultura. Trad. Myrlla Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis, at. all. Belo Horizonte: UFMG, 1998. Belo Horizonte: UFMG, 2001.2. BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In: Cultura Brasileira: temas e situações. São Paulo: Ática, 2002.3. _____. Cultura brasileira x culturas brasileiras. In: _____. Dialética da Colonização. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.4. CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Ana Regina Lessa; Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: USP, 2013.5. DAMATTA, Roberto. A casa e a rua. In: _____ Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:	
<ol style="list-style-type: none">1. GEERTZA, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2013.2. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zarar, 2005.3. PIZARRO, Ana. Palavra, literatura e cultura nas formações discursivas culturais. Trad. Sérgio R. da Silva. Disponível em http://www.ufrgs.br/cdrom/pizarro/pizarro.pdf. Acesso em 02.11.18.	



DISCIPLINA: LÍNGUA ESTRANGEIRA INSTRUMENTAL CH: 60H

EMENTA: Ênfase na leitura. Utilização de estratégias eficientes que capacitem o aluno a ler com compreensão textos em língua estrangeira sem auxílio de dicionário.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. BECHER, S. **Inglês Instrumental:** desenvolvendo o processo de leitura; Rio de Janeiro: Edição da autora/PUC-Rio, 2007.
2. GADELHA, Isabel Maria Brasil. **Compreendendo a leitura em Língua Inglesa.** Teresina: EDUFPI, 2007.
3. SOUZA, Adriana Grade Fiori; ABSY, Conceição A.; COSTA, Gisele Cilli da; MELLO, Leonil de Favoreto de. **Leitura em Língua Inglesa:** uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005.
4. LAGE, H. L. et al. **Leitura de Textos em Inglês:** Uma Abordagem Instrumental; Belo Horizonte: Edição dos autores/UFMG., 1992.
5. LONGMAN – **Gramática Escolar da Língua Inglesa.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

1. MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Parâmetros de Textualização.** Santa Maria, Editora da UFSM, 1997.
2. MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros Textuais: subsídios para o ensino da linguagem.** Bauru, EDUSC – Editora da Universidade Sagrado Coração, 2002.
3. LEMKE, J. Multiplying Meaning: visual and verbal semiotics in scientific text. In: MARTIN, J. R.; VEEL, R. (Eds.).
4. **Reading Science:** critical and functional perspectives on discourses of science. Routledge, 1998.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



ANEXOS



APÊNDICE B DA RESOLUÇÃO N.º 1264/2017 – CEPE/UEMA

Critérios estabelecidos para a contabilização da carga horária de Atividades Teórico-Práticas (ATP)

GRUPO I - Atividades de Ensino e Iniciação à docência	Documentação comprobatória	Carga horária máxima permitida para contabilização
Monitoria exercida na UEMA.	Relatório semestral, com a ciência do professor orientador e a validação do Coordenador(a) de Curso.	Dois semestres, sendo 40h por cada semestre letivo, perfazendo um total de 80h.
Participação em Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).	Relatório semestral da pesquisa do Pibid, com a ciência orientador e a validação do Coordenador(a) de Curso.	Três semestres, sendo 50h por semestre, perfazendo um total de 150h.
Disciplinas de outros cursos/IES na área de formação de professores.	Histórico Escolar ou declaração do órgão de controle acadêmico.	Duas disciplinas de 60h cada, para aproveitamento da carga horária de até 120h.
Projetos e oficinas temáticas na área de educação.	Declaração/certificado emitido pela Direção ou órgão competente.	Três comprovações, perfazendo um total de até 20h.
Experiência profissional na área de educação.	Declaração emitida pela Direção ou órgão competente.	Três semestres, sendo 50h por semestre, perfazendo um total de 150h.
Cursos de idiomas, Comunicação e Expressão e de Informática.	Certidão de aprovação no respectivo curso, que especifique a carga horária cumprida.	Dois semestres, sendo 60h por cada semestre letivo, perfazendo um total de 120h.
Participação em reuniões de departamentos, colegiados e conselhos da Uema.	Declaração assinada pelo presidente da Assembleia Departamental, Diretor de Curso ou do Conselho, conforme o caso.	Dois anos, sendo 15h por cada ano letivo, perfazendo um total de 30h.
Representantes de CA e DCE.	Declaração com a composição dos representantes e a função exercida, assinada pelo presidente.	Dois anos, sendo 20h por cada ano letivo, perfazendo um total de 40h.



GRUPO II - Atividades de Pesquisa	Documentação comprobatória	Carga horária máxima permitida para contabilização
Iniciação científica, reconhecida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Relatório parcial e/ou final, com a ciência do Professor orientador e do coordenador de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Dois semestres de 60h cada, perfazendo um total de até 120h.
Apresentação de trabalho em eventos científicos.	Certificado emitido pelo órgão competente responsável pelo evento e a Cópia do trabalho apresentado.	Até o limite de 120 horas em todo o curso de graduação.
Publicação de trabalho em anais de congressos e similares.	Comprovação da publicação no evento e a cópia do material publicado.	15h horas por trabalho, limitado a, no máximo, 75h em todo o curso de graduação.
Artigo publicado em revista científica	Comprovação da publicação e a cópia do artigo publicado.	Qualis A e B, 60h e em outros periódicos considerar 30h.
Membro de grupo de pesquisa cadastrado no CNPq.	Comprovação que é membro do grupo de pesquisa, com a ciência do Coordenador do grupo de pesquisa.	Até 40h, podendo ser contabilizado até dois grupos, 20h cada.
GRUPO III - Atividades de Extensão	Documentação comprobatória	Carga horária máxima permitida para contabilização
Atividade de Extensão reconhecida pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis.	Relatório parcial e/ou Final com a ciência do Professor orientador e do coordenador de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis.	Dois semestres de 60h cada, perfazendo um total de até 120h.
Participação em seminários, congressos, encontros estudantis, entre outros de atualização e congêneres.	Certificado emitido pelo órgão responsável pelo evento, com especificação da carga horária cumprida. (Caso não tenha a carga horária no certificado, conta-se 8h por dia)	Até o limite de 120 horas em todo o curso de graduação.



Participação em curso de extensão e atualização, na área de educação reconhecido pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da Uema.	Certificado do coordenador do curso com a ciência da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da Uema.	Até 20h por curso, sendo possível contabilizar até três cursos.
Participação em visitas programadas em instituições educacionais ou áreas afins.	Declaração assinada pelo Professor que liste os acadêmicos participantes, com especificação da carga horária cumprida e o objetivo da visita.	Até 20h, podendo totalizar até três visitas.
Participação na organização, coordenação de cursos e/ou eventos científicos, na área do curso ou afins.	Declaração assinada pela coordenação do evento e do coordenador do curso de graduação do estudante.	Até 20 horas por evento, limitado a, no máximo, 60 horas em todo o curso.
Participação em intercâmbios institucionais.	Declaração da instituição que intermediou o intercâmbio, descrevendo o período e as atividades realizadas.	Dois semestres de 50h cada, perfazendo um total de até 100h.
Trabalho realizado em campanhas de voluntariado ou programas de ação social.	Declaração assinada pelo representante legal do órgão onde as atividades foram realizadas, especificando as principais atividades, local, data e/ou período.	Até 10 horas por evento, limitado a, no máximo, 40h em todo o curso de graduação.
Estágios extracurriculares.	Cópia do termo de convênio devidamente assinado pelas partes conveniadas ou do cadastro da Instituição junto à IES e relatório semestral da Instituição/Empresa atestando o cumprimento das atividades, com especificação da carga horária cumprida.	Dois semestres de 40h cada, perfazendo um total de até 80h.
Participação ou trabalho na organização de jornal informativo da Uema.	Cópia do material que comprove a participação ou realização do trabalho.	Até 20 horas por evento ou período/semestre letivo de participação, limitado a, no máximo, 60 horas em todo o curso de graduação.



GRUPO IV - Atividades de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	Documentação comprobatória	Carga horária máxima permitida para contabilização
Atividade de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, reconhecida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Relatório parcial e/ou Final, com a ciência do Professor orientador e do coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Dois semestres de 60h cada, perfazendo um total de até 120h.
Participação em projetos inovadores em comunicação, design e aplicativos aplicados à educação.	Declaração assinada pela coordenação do projeto com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.	Até o limite de 120 horas em todo o curso de graduação.
Participação em projetos de criação de kits educacionais.	Declaração assinada pela coordenação do projeto com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.	Até o limite de 120 horas em todo o curso de graduação.
Participação em projetos de introdução de novos benefícios ou novos de interação e/ou inclusão social (inovação social).	Declaração assinada pela coordenação do projeto com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.	Até o limite de 60 horas em todo o curso de graduação.



Emitido em 25/11/2020

PROJETO PEDAGÓGICO Nº 1/2020 - LETIN-S.INÊS (11.14.14.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/11/2022 17:08)
DABIANE SOUSA FRANCO DE CARVALHO
SECRETARIO DE CURSO
881795

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sis.sig.uema.br/documentos/> informando seu número:
1, ano: **2020**, tipo: **PROJETO PEDAGÓGICO**, data de emissão: **25/11/2022** e o código de verificação:
131a75147b

